

Campus

Jornal-laboratório do
Departamento de Comunicação UnB

Nº 61 — Segunda quinzena
de março de 1984

Successão

● No dia 25 de abril, o Congresso votará a emenda Dante de OLiveira. Nesta edição, uma entrevista com o deputado que abriu a chance para as eleições diretas já. Páginas 6 e 7

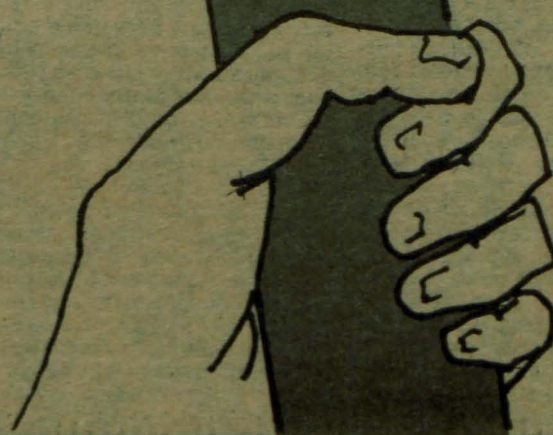
● De junho a agosto deverá ser escolhido um novo reitor para a UnB. Professores e alunos começam a se movimentar para eleger diretamente seus candidatos. Página 3

MEIO critica comunicação e imprensa

A partir desta edição, você vai encontrar, à página 2, a coluna **MEIO**, que publicará artigos de crítica aos meios de comunicação. A colaboração é aberta a todos os alunos, especialmente do Departamento de Comunicação.

Assembléia Geral: não perca o filme

O cineasta e professor de Física, José Acioli, fará estrear no próximo dia 9 de abril, às 20:30 horas, na Cultura Inglesa, seu filme "Assembléia Geral". Trata-se de um documentário-ficção inspirado pela greve geral de 1982, através do qual Acioli recupera a história das diversas crises já vividas pela UnB: "Senti que muitos estudantes e professores precisavam conhecer melhor os antecedentes e as causas históricas do movimento de que faziam parte". O filme é também uma reflexão sobre o estado atual da Universidade brasileira. **Página 12**



MURO

UNE pró-indiretas

Quando foi criada, a UNE era eleita por um colégio eleitoral formado pelos representantes de cada faculdade do país. Porém, era até justificável, naquele tempo não havia telefone via satélite, televisão ou qualquer meio de comunicação que interligasse o País.

Quando foi recriada em 1979, num congresso de reconstrução em que haviam mais de 10 mil delegados, decidiu-se que a UNE deveria ser eleita diretamente pois, primeiro, era uma entidade livre e portanto suas instâncias deveriam ser diretamente representativas aos estudantes; segundo, a eleição direta era uma bandeira que os estudantes defendiam (pelo menos até há pouco tempo)

para qualquer cargo e, finalmente, seria uma prova da existência da UNE entre os estudantes que iriam votar na sua entidade.

Pois é... Como tem gente que em troca de benefícios pessoais muda de posição tão facilmente. Fazem exatamente três anos que o grupo que detém a maioria nos congressos da UNE decide que a eleição deve ser indireta e eles mesmos elegem a nova diretoria. E mais triste ainda ver que grupos que denunciavam isso, como por exemplo a diretoria do DCE, ao chegarem no congresso conchavaram com a diretoria da UNE e saíram juntos na nova chapa, eleita indiretamente, é claro.

(Peninha)

O quintal que não foi varrido

Tem gente querendo varrer o quintal sem antes jogar fora a sujeira da própria casa. Vejam vocês que o comitê pró-diretas do DCE já estruturou uma campanha de mobilização para apoiar

a emenda Dante de Oliveira e ainda nem pensou na campanha pró-diretas pra reitor. Dormindo eles não estão, mas que será que andam pensando quando acordados? (Lavina e Thaís).

Concurso, pra que concurso?

É impressionante o descaso com que vem sendo tratados milhares de jovens brasileiros. Com a abertura de concursos e mais concursos por parte dos órgãos públicos, acabou por se criar uma barbaridade social. Na verdade tudo não passa de um predomínio interesse em coletar fundos que não sabemos ao menos a que se destinam.

Além disso, aos inscritos não basta apenas serem aprovados. Quando não ocorre de verem durante anos o seu nome em uma lista, morando num velho arquivo de algum órgão público, são pegos de surpresa com a divulgação da anulação do concurso por "constatação de fraude".

A fraude está quase sempre presente e hoje em dia já virou regra dos concursos; os que não são fraudados representam as exceções. Afinal de contas, quem não se lembra dos concursos da Fundação Hospitalar e do Ministério do Trabalho, anulados por fraude no ano passado? Além dos da Fundação Educacional e do Supremo Tribunal Federal, recentemente anulados.

E o que nos resta fazer diante deste trágico quadro? Recorrer é inútil. Há muitos anos já não se ingressa mais no funcionalismo público por meio de concurso aberto.

Por outro lado, novos funcionários estão sempre entrando "pela janela", enquanto tantos outros entram "pelo cano". Para quem deseja ser um dos novos, eis a fórmula mágica: ser apadrinhado por alguma pessoa influente no meio governamental. É claro que o concurso público está sempre aí, aberto aos desavisados. Boa sorte aos mais corajosos. (Walcymara Santiago)

As pernas melindrosas

Numa discussão séria, sobre os rumos do jornal **Campus**, de súbito nos excitamos com as pernas da Marta. Pernas onde o quarteto do quadrado da hipotenusa estão em seus devidos lugares, resolvendo os incalculáveis problemas da crise econômica brasileira. Sentimos assim que, nós estudantes de infinito grau cultural, numa discussão tão séria como cabal, representamos a maioria dos estudantes dessa universidade que, ao invés de contribuírem fiel-

mente com o crescimento de nosso grande e belo País, imitam aos digníssimos senadores e deputados.

Era eletricidade na elétrica idade
energia no ar
alegria ao luar.
Era tempo escondido
sentimento sentido.
Eram palmas de mãos
e bocas e peitos
numa interação
rosa-mor tatuada.
Era. Morreu
'Marta Rosário)

Diretistas mostram o que produziram

A 1ª Mostra de Marketing Político reunirá, de 12 a 25 de abril, no Salão Negro do Congresso Nacional, tudo que os brasileiros, de Norte a Sul do País, produziram em função das eleições diretas para presidente da República. Camisetas, broches, adesivos, cartazes, fotografias, poesias, audiovisuais, músicas, fantasias, cordéis e demais expressões do grande desejo nacional pelas eleições diretas terão lugar nessa 1ª Mostra. Brasília também estará presente, não só com o produto da criatividade de seu marketing, mas também na organização de todo o material que está sendo enviado pelos comitês suprapartidários de cada Estado. Os interessados em participar devem entrar em contato com a Fundação Pedrosa Horta (213-7042 ou 213-7043) ou com o Comitê Suprapartidário do DF.

Um voto para Jesus Cristo nas diretas

Outro dia, estava assistindo Batman e Robin na televisão. Comecei a ler o famoso e intrépido jornal "Correio Braziliense" e li que haviam prendido um vivo na rodoviária que havia gasto cento e lá vai poucos mil em pastéis e refrigerantes e cervejas e amantes para os mendigos e pobres que moram na rodoviária. Continuei a assistir Batbanana e Robin, e assisti ao discurso contra as diretas do presidente Figueiredo. Não compreendi nada, e fui assistir ao Fantástico — vejam como minha cultura é "global" —, e vi batmãe e robin ao descobrirem a solução para o Nordeste na plantação de algaroba. Batman, por favor não me deixe se o Dante de Oliveira vier na UnB e os estudantes forem contra ele. Graças a Deus, meu voto nestas eleições diretas é sinceramente para Jesus Cristo. (Anand Rao)

WANTED

Procuram-se vivos ou mortos. Aqueles alunos que apanharam fitas cassete do Departamento estão convocados a comparecer imediatamente à Secretaria para devolvê-las. Procurem a Perla. Afinal, fita ainda é um bem durável num departamento carente de recursos como o nosso.

Departamento não vai mudar

Parece que mesmo com a "provável" mudança de reitor, o nosso Departamento de Comunicação não vai mudar muito. Pois na verdade mudanças só ocorrem a partir do momento que os interessados se empenham. Mas na realidade, o quadro que temos diante de nós é o da total desarticulação — em prol dos "interesses globais do departamento" — tanto de alunos quanto de professores, criando a ideia — aliás, já bastante forte e divulgada —, de que o nosso departamento é só de jornalismo. Vamos ver rapaziada, professores e alunos, tentemos mostrar um pouco mais de competência, boa vontade e um mínimo de interesse para que o Departamento de Comunicação não passe a se chamar Departamento de Jornalismo. (Cid Furtado Filho)

MEIO

Onde estão os jornais?

GUILHERME SOARES

É preciso saber que não há jornal para se ler neste país. Não é exagero. Dos quatro grandes (*Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*) três não estão muito interessados na companhia dessa gente toda aí, pró-diretas. O quarto — a *Folha* — está engajado até o pescoço, o que prejudica também o leitor, que para ler só tem interessantíssimas matérias assinadas por cobras do jornalismo, mas pouca informação.

Vale um exame caso por caso. O *Estado* olha tudo friamente, ficando difícil acompanhar o noticiário do dia-a-dia por trás de uma pesada diagramação. Mas ainda tem pontos altos: é o que tem mais notícias por editoria; as grandes reportagens — tanto aquelas que comecem terça-feira e só acabam domingo, como as que saem somente no domingo ainda discutem assuntos de importância; e, depois da *Folha*, é o que olha com menor antipatia as eleições diretas. Mas há pecados: o *Estado* só tem um analista político — é o Carlos Chagas, daqui do Departamento — e dá destaque demasiado para assuntos nativos (de São Paulo).

O GLOBO

Sobre *O Globo* há pouco o que se dizer. Vem dando uma força aos chargistas da praça ao publicar ilustrações do Chico Caruso na primeira página, sem falar do Henfil, nas páginas internas. Observa-se ainda que é um jornal editado no sentido pleno desse ato: tudo que sai foi visto, examinado, reescrito, pensado pelo jornal. Mas a visão extremamente conservadora atrapalha tudo.

O *JB* é o que tem sido mais interessante de acompanhar nos últimos tempos, vale dizer,

de quando houve uma mudança significativa na sua direção, inclusive do editor-chefe, e também desde a morte da condessa Pereira Carneiro, presidente e dona do jornal. Os cadernos especiais — de esporte e de serviços; não confundir com o *Caderno Especial* de domingo — morreram. O jornal deixou de ser editado: tornaram-se comuns grosseiros erros nos títulos e nas matérias. E o pior: o seu pró-indiretismo é intragável. (O cúmulo foi quando o *JB* publicou um daqueles anúncios se dizendo um jornal que preza a informação e a verdade, poucos dias antes de não dar uma linha sequer sobre o comício da Praça da Sé, no dia de sua realização. Foi o mesmo *JB* que na sua coluna Informe *JB* — ainda de leitura obrigatória — dois dias antes disso dava uma nota ironizando a Rede Globo, por boicotar o comício. Mas, no dia seguinte ao do comício, não teve jeito, o assunto virou manchete do jornal).

A FOLHA

A *Folha*, como já disse, tem um time de craques na análise e na reportagem política. Vale a pena citar alguns nomes: Cláudio Abramo, Clóvis Rossi, Ricardo Kotscho, Newton Rodrigues, Tarso de Castro, Jânio de Freitas, entre outros. Mas o problema está aí, tem cacique demais para pouco índio. Existem poucas informações nas matérias e o jornal é mal editado. Dá impressão, às vezes, que não existem editores. É também indefinido graficamente. O provincianismo é de amargar. Mas a política editorial ainda é a mais liberal; a economia ainda informe, com análises excelentes; e as colunas de serviço funcionam (imposto de renda, placar das diretas, etc.).

Guilherme Soares é editor de Opinião do *Campus*.

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Editor-chefe: Prof. Murilo César Ramos. **Chefe de Reportagem:** Profª. Arcelina Helena Dias. **Editor de Fotografia:** Profª. Luíza Venturelli. **Diagramação:** Profª. Maria Rita Leal.

Editores: Guilherme Soares (*Opinião e Diagramação*); Lavina Ribeiro e Lillian Mandel (*UnB*); Heloísa Helena Vieira e Rosane Reis (*Cidade*); Diogo Neto e Lêda Maria Sampaio (*Nacional*); Maria Amália Bezerra (*Internacional*); Maria Cristina Bezerra e Walcymara Sampaio (*Ciência*); Anand Rao e Jurema Campos (*Cultura*).

Redação: Adalberto Pas-

sos, Afonso Cozzolino, Ana Cristina Alves, Ana Cristina Dias, Benedito Eustáquio, Carlos Augusto de Carvalho, Carlos Augusto Dutra, Carlos Penna, Cid Furtado Filho, Cid Queiroz, Denise Andrino de Rouse, Edna Maria Santos, Jair Barbosa Jr., Josué Benítez, Luiz Carlos Queiroz, Luíza Modesto, Maria Dinalva Ferreira, Maria Isabel Cruz, Márcio Araújo, Marina Maria Martins, Marta Rosário, Nevinho Alarcão, Rejane Pretti, Silvana de Freitas, Tahis Nogueira e Ulisses Lacava.

Fotografia: Marta Alejara, Nicolau Elmoor e Rodrigo Mesquita. **Laboratorista:** Jeová Xangô.

Ilustrações: E. Carreira, Peninha e Humberto.

A SUCESSÃO NA UnB

Cai a "Lei Azevedo"

Reportagem de Dinalva
Ferreira, Lavina Ribeiro e
Thaís Bastos

Caiu a Lei Azevedo: esta é a grande novidade que os corredores da UnB anunciam aos alunos que retornam das férias. Mas por que a Lei 6.733, de dezembro de 79, levava o nome do nosso reitor? Convenientemente ela surgiu, aprovada por decurso de prazo, exatamente no momento em que o reitor José Carlos Azevedo terminara seu mandato, não podendo mais ser reconduzido. Ele foi, portanto, o primeiro beneficiado e acabou emprestando seu nome à controversa lei, cuja principal característica era dar ao Presidente da República o poder de designar, sem intermediários, os reitores das Fundações Universitárias Federais.

Em 1983, o anseio de maior representatividade na escolha dos reitores das Fundações transformou-se numa luta contínua travada por pro-

fessores e alunos, culminando em greves como as de São Carlos e Brasília, além de outras. Esse mesmo desejo de escolher um representante legítimo se faz mais concreto em várias partes do país hoje, na medida em que avança a campanha pelas eleições diretas. No entanto, se para alguns a revogação da Lei Azevedo é uma vitoriosa reconquista do processo de democratização das Universidades brasileiras, para outros ela surgiu apenas para soltar um pouco de gás de um balão prestes a explodir.

A escolha de reitores para as Universidades Fundações se fará, a partir de agora, mediante a definição, pelo Presidente da República, através do MEC, de um dentre seis nomes eleitos pelo Colégio Eleitoral de cada Universidade, como regia a Lei 6.420 de junho de 77, que volta a vigorar.

**"A Composição não representativa
do Colégio Eleitoral da UnB
é objeto de denúncia da ADUnB,
que propõe alterações"**

O Colégio Eleitoral da UnB é formado pelo Conselho Universitário e Conselho Diretor, contando com membros institucionais (Reitor, vice-Reitor, Decanos e Representantes dos Órgãos Suplementares), nomeados por José Carlos Azevedo, e portanto cargos de sua, confiança; havendo ainda "representantes" da comunidade universitária — professores representantes das Congregações de Carreira, Diretores dos Institutos e Faculdades, nomeados pela Ministra da Educação, e quatro alunos. Existem, entretanto, irregularidades na escolha dos membros do corpo docente dentro do Conselho Universitário: os "representantes" das Congregações da Carreira não são representativos e não tem mandato com tempo determinado. Por parte do corpo discente, os estudantes, em número de apenas quatro, não tem direito a voto, o que reduz sua atuação no Conselho praticamente a zero.

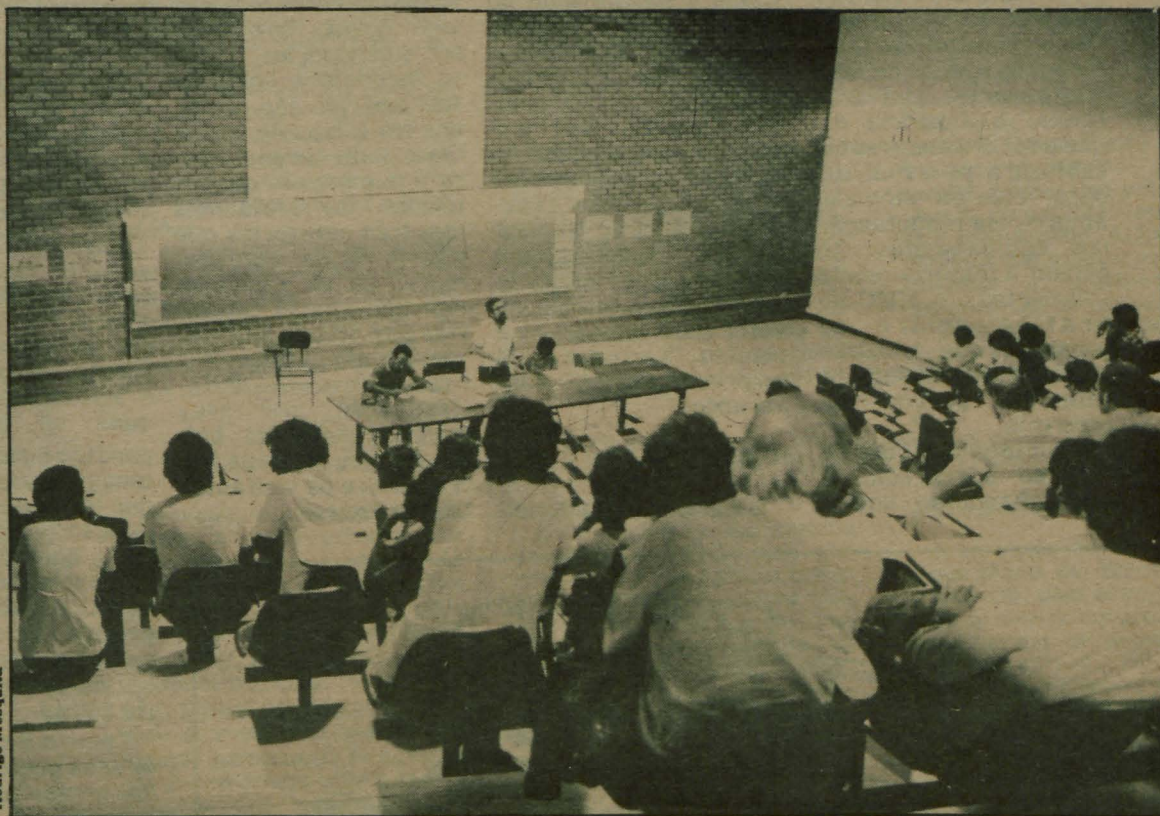
O que se vê de tudo isso, segundo o Professor Pedro Murrieta, 1º Secretário da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), "é que a representação da comunidade universitária está totalmente desequilibrada. Quase a totalidade dos cargos, no final converge para uma simples nomeação do Reitor Azevedo, que é na realidade o grande eleitor".

ADUnB

Já há algum tempo a

ADUnB vem denunciando ao MEC e à comunidade universitária a falta de legitimidade do Colégio Eleitoral, mas apenas a partir deste ano, uma proposta concreta de reestruturação do Conselho Universitário foi elaborada. O principal objetivo das reformulações propostas pela ADUnB é, segundo seu presidente, Professor Antônio Ibañez, "exatamente tentar equilibrar a representatividade do Conselho Universitário de tal forma a se ter um número mais ou menos igual de membros institucionais e membros eleitos pela comunidade". Para isso, o projeto da ADUnB propõe aumentar em 22 o número de membros do Colégio Eleitoral, entre professores e alunos, eleitos pela comunidade universitária e com mandato determinado.

De acordo com o projeto, o número de representantes das Congregações de Carreira aumentaria de nove para 22 e sua nomeação obedeceria a regras que garantissem sua representatividade. O número de representantes do corpo discente aumentaria de quatro para no mínimo 11, baseado em lei federal que garante participação de alunos no Colégio na base de 1/5 do total de membros não-discentes do Colégio, além de ser garantido seu direito a voto. O projeto ainda quer a participação de mais nove docentes, eleitos por seus pares, além dos nove diretores de Institutos e Faculdades, já existentes.



Rodrigo Mesquita

A ADUnB não contou com a presença de muitos professores na sua última Assembléia

DCE discute as eleições com alunos

O DCE começa um pouco tarde as discussões em torno das eleições para reitor. O que não poderia ser de outra forma, já que a decisão em torno da atuação dos estudantes só pode ser tomada pelos próprios estudantes. Levando-se em conta esse impedimento de ordem técnica, o que se pode adiantar, por enquanto, são as sucessivas reuniões departamentais para se chegar a um acordo sobre o que fazer. O vice-presidente do DCE, Márcio Araújo afirma que "a tarefa mais importante que se coloca hoje para o movimento estudantil na UnB é a forma como vai se dar a interferência dos estudantes no processo de sucessão do Reitor, o que será discutido em Assembléia Geral". Ele acredita que a ADUnB e o DCE, em determinado momento, caminharão juntos.

O Comitê Pró-Diretas do DCE quer eleições diretas para Presidente da República e a solidariedade dos alunos nas suas campanhas. Quer também eleições diretas para Reitor. Mas isso, segundo Márcio, é apenas uma primeira orientação. A decisão final depende da vontade dos alunos como um todo, seja pela indicação de apenas um nome, ou pela votação de seis possíveis nomes para Reitor.

**"A lista sêxtupla poderá ser uma brincadeira,
só não o será, se for respaldada por alunos,
professores e funcionários"**

A luta depende da mobilização

O projeto para reestruturação do Colégio Eleitoral foi aprovado por unanimidade na última Assembléia Geral da ADUnB, no dia 22 de março. A reitoria terá até o dia 4 de abril para dar a sua resposta, data em que a próxima Assembléia Geral da ADUnB discutirá também a apresentação dos prováveis candidatos à lista sêxtupla para reitor.

As discussões sobre o projeto já haviam sido feitas a nível dos Departamentos, através do Conselho de Representantes. Da última Assembléia saiu apenas o projeto final, já encaminhado à reitoria e ao MEC. As divergências não foram consideradas significativas. Segundo o professor Ubirajara da Silva, um dos membros do Conselho de Representantes, houve um certo consenso sobre os itens da proposta nas discussões departamentais, onde opinaram todos os professores, inclusive os não associados à ADUnB.

DESMOBILIZAÇÃO

O que de imediato tem preocupado os professores é a forma de mobilização de toda a comunidade universitária. Em certo momento da Assembléia o professor Volney Garrafa, ex-presidente da Associação, levantou-se e afirmou: "Não queremos ser um movimento de vanguarda, porque estaríamos nos afastando da Universidade. A lista sêxtupla poderá ser uma brincadeira, só não o será, se for respaldada por alunos, professores e funcionários".

Mesmo na própria ADUnB a mobilização tem sido pouca. Constava da pauta da última Assembléia já a discussão das regras eleitorais, o que foi impraticável dado o número de presentes. "É preciso criar consciência", diz o professor Ibañez, presidente da ADUnB. "A associação quer ter participação ativa e grande número de pessoas mobilizadas, pois a luta vai depender disso. Vitórias só foram conseguidas com participações massivas, com assembleias fortes".

Bandejar, um luxo muito necessário!

Em fevereiro deste ano, o MEC baixou a Portaria 062/84 que restabelece às Universidades o "direito" de tabelarem os preços de seus Restaurantes Universitários. A Portaria diz que o MEC só se responsabilizará pela mão-de-obra, energia elétrica, água e pela manutenção dos equipamentos. Ao excluir a matéria-prima (alimentos), o MEC na prática retira os subsídios que tradicionalmente garantiam às refeições preços acessíveis.

Funcionando desde 1975 no novoprédio, o atual Bandeirão come-

çou com quatro tipos de cardápio. Uma a "La Carte", funcionando no terraço onde funcionou também o Vegetariano. Outro, de Primeira Classe no terceiro andar. O Médio funcionava no segundo, enquanto o Povão se aglomerava no andar de baixo. Diante de protestos dos alunos, que consideravam isso uma discriminação econômica, terminou-se unificando o preço e a comida. O ano era de 76 e o preço à Cr\$ 5,00, "um absurdo"!

HOJE

O Bandeirão atualmen-

te atende a 20% dos estudantes, ou seja, aproximadamente 1.800 alunos. A eles somam-se 600 funcionários. Tanto os estudantes como os funcionários são divididos em faixas de carência e semi-carência para o pagamento das refeições. Os estudantes têm três categorias que pagam 160, 400 e 670 cruzeiros; já os funcionários têm quatro categorias que pagam por sua vez 210, 670, 1.050 e 1.580 cruzeiros. A Pós-Graduação, por seus alunos receberem bolsas de estudo, paga 870 cruzeiros e os visitantes 1.700 cruzeiros.

de é que poderiam comer e conseqüentemente estudar"? Não só os estudantes, mas também os funcionários pagam transporte para vir a UnB perdendo aproximadamente 20 a 35% dos seus salários, somado ao que gastam para comer no Bandeirão.

Para os funcionários, a UnB também está criando critérios de carência. Porém dona Maria, faxineira da Universidade, diz que preferia o sistema antigo, pelo qual, os funcionários com até 5 salários mínimos pagavam o mesmo que os alunos da graduação; por exemplo em 1981, que foi o último ano antes das Portarias dos RUs, o aluno da UnB pagava Cr\$ 45,00, assim como também os funcionários dentro da categoria acima.

Como o Bandeirão tem os seus preços reajustados semestralmente pelo INPC, em agosto deste ano o preço sofrerá um reajuste levando a refeição do aluno não-carente a custar mais de 1.000 cruzeiros.

DCE

Para o Secretário-Geral do DCE, Agmar Mendes, "é necessária a criação de uma comissão de estudos para elaborar uma nova proposta de preços mais acessíveis, principalmente aos alunos carentes e semi-carentes. Isto sem mencionar os funcionários que passam por dificuldades similares".

Sabendo-se que em 81 o subsídio dado pelo MEC foi de 42 milhões e 500 mil cruzeiros; que em 82 o subsídio foi também de 42 milhões e 500 mil cruzeiros — embora a inflação entre os dois anos alcançasse os 120% — e em 83 o subsídio foi de 66 milhões e 800 mil cruzeiros, com uma inflação de 180%, como se poderá impedir a evasão gradativa de usuários se a única forma atual é o aumento do preço da refeição? Se os RUs foram criados para dar condição aos estudantes mais pobres de permanecerem o máximo de tempo nas Universidades, como e onde se alimentarão a um preço que seja ainda mais barato em relação a outros restaurantes? Penna e Josué

Alunos colam e Reitoria dá a "pena"

"Prêmio. A pena foi um prêmio." Assim definiu o professor Marco Antonio Souza a punição aplicada pelo Reitor aos alunos envolvidos na adulteração de provas no Departamento de Engenharia Civil ocorrida no final do semestre passado. Os três alunos estão suspensos por 21 dias a contar de 20 de março.

Em outubro e novembro do ano passado, os professores Alexandre Campos, Marco Antonio Souza e Sérgio Koide descobriram que os alunos Bernardo Henrique Thomás, Francisco A. Castro Jr. e Iaponã Japiacu da Fonseca haviam tido "acesso" às salas dos professores e adulterado as provas. Os alunos faziam as provas a lápis e, durante a noite, "corrigiam" e completavam suas respostas nas salas dos professores. Estes comprovaram o fato através de cópias xerox antes e depois da adulteração.

O incidente foi comunicado ao Diretor da Faculdade de Tecnologia, professor Danilo Borges, que fez uma sindicância prévia no Departamento. Os três alunos declararam que haviam entrado na sala dos professores pelas janelas e "corrigiram" as provas. Dessa forma, o caso foi encaminhado ao Decano de Assuntos Comunitários, professor Gentil Martins Dias. De acordo com o artigo 20 do Regimento Disciplinar, o Decano constituiu uma Comissão de Inquérito integrada por Francisco Pedro de Oliveira, Assessor de Assuntos Especiais; Tania Glacy Brasil de Figueiredo, sub-chefe do Departamento de Engenharia Civil; e Joachim F. W. Bülow, professor do Departamento de Agronomia. Depois de completado o inquérito, o Reitor resolveu aplicar a pena de suspensão por 21 dias, sugerida pelo Decano de Assuntos Comunitários.

INDIGNAÇÃO

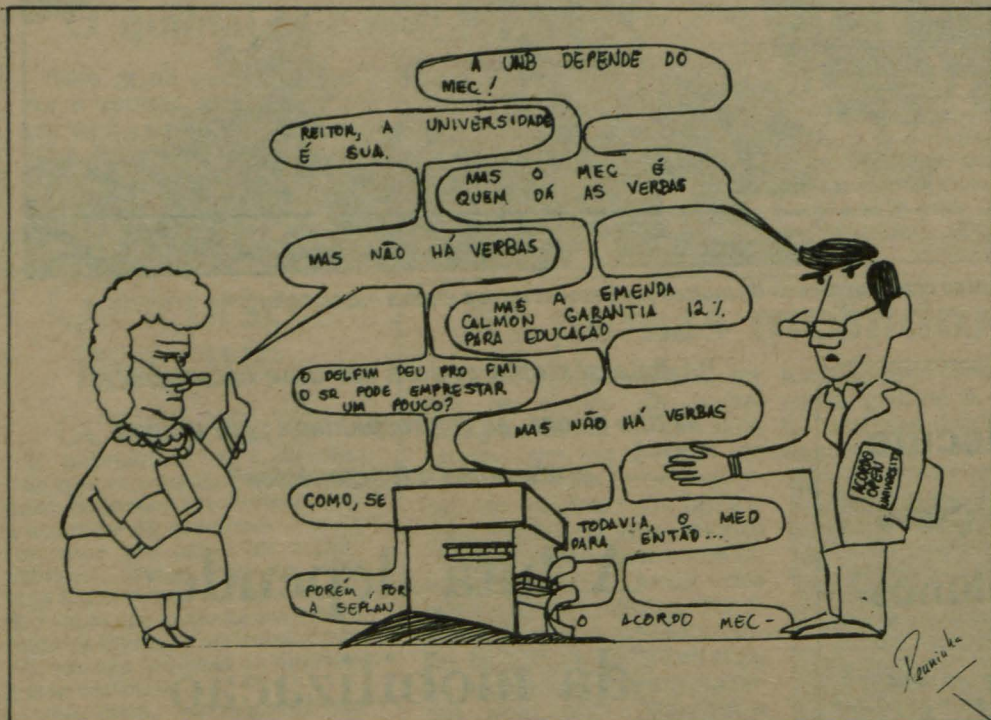
Declarando que os três alunos foram "premiados com a pena", o professor Marco Antônio afirma que o regimento disciplinar da UnB é um jogo de palavras e, aos alunos, poderia tanto ser aplicada a suspensão ou a exclusão. Segundo ele, "a decisão do Reitor é uma desmotivação para os professores e uma tranqüilidade para os alunos que se interessam apenas em receber um diploma".

A pena de suspensão foi imposta de acordo com o artigo 12, alínea D do regimento disciplinar que diz que o aluno será suspenso se manifestar "improbidade no desempenho de atividades escolares". A pena de exclusão pode ser aplicada, segundo o artigo 13, alínea F, quando o estudante praticar "ato incompatível com a condição de aluno". O Decano de Assuntos Comunitários recomendou ao Reitor a pena de suspensão por achar que "a menção SR já era punição suficiente. A exclusão seria pena exagerada".

Encerrado o processo, ainda há divergências quanto ao modo pelo qual os alunos tiveram acesso às provas. As salas dos professores ficavam próximas ao posto do vigilante e no primeiro andar do prédio. Como poderiam sair deixando as janelas trancadas por dentro?

"Pressões familiares, dificuldades econômicas e a necessidade de se formarem" foram as "justificativas" dos alunos envolvidos. Houve insatisfação e repúdio dos próprios colegas do Departamento que se afastaram imediatamente desses alunos.

O Departamento de Engenharia Civil está aguardando comunicado oficial da Reitoria a respeito da pena. Assim que chegue essa informação, uma reunião do Colegiado será marcada para resolver se os professores entrarão ou não com recurso. (Lillian Mandel e Ana Cristina Braz)



Com o corte de verbas resultante da contenção de despesas ministeriais, o MEC e, conseqüentemente a UnB, têm os seus orçamentos reduzidos em 1984. As áreas que mais imediatamente estão sendo afetadas são a de apoio ao estudante e a de pesquisa. Poderá o Bandeirão sobreviver ao déficit?

Essa divisão foi adotada em 1982 quando o MEC baixou a Portaria 004 que unificava nacionalmente o preço de todos os RUs, fixando-o em 180 cruzeiros. A medida gerou protestos e invasões de Restaurantes, inclusive na UnB. Posteriormente o MEC facultou às Universidades o critério de estabelecer "faixas de carência e semi-carência" para redução do preço das refeições.

A Portaria 004 não ocorreu por mera coincidência no ano que o Brasil foi ao FMI. A contenção de gastos por parte do Governo faz parte da política do Fundo. Assim, mesmo que a medida tenha ocorrido antes da ida formal ao FMI, o Governo já havia decidido cortar grande parte das verbas do Ensino Superior.

UMLUXO?

Segundo relatórios que o responsável pelo Bandeirão Anecy de Arantes apresentou ao **Campus**, o Restaurante em novembro do ano passado vendeu 13 milhões 650 mil e 500 cruzeiros em refeições; gastou 79 milhões 303 mil e 217 cruzeiros na produção das refeições e teve um subsídio de 65 milhões 652 mil e 717 cruzeiros para compensar o prejuízo. Ou seja, alguém pagou o subsídio: a UnB? o MEC?

E a partir daí que o MEC alega serem os RUs um "luxo" de uma classe privilegiada. Já o Decano de Assuntos Acadêmicos, Professor Gentil Dias, declarou que "o Bandeirão é uma necessidade de 20% dos estudantes. Sem ele, on-

Diretas acordam Brasília

A campanha pelas diretas tem mobilizado os brasilienses principalmente no aspecto informal, talvez como reação à repressão velada, ou não, às manifestações políticas mais ostensivas na cidade. O carnaval do **Pacotão** e o **Dragão das Diretas** são exemplos da boa receptividade das manifestações descontraídas pelas eleições diretas, em Brasília.

No dia-a-dia, a campanha se faz notar no uso de materiais de propaganda, como broches, blusas e adesivos, com os dizeres **diretas já**. Num lugar, em especial, há entusiasmo mais evidente do que o encontrado nas ruas: na Câmara dos Deputados, parlamentares e funcionários trafegam pelos corredores usando brochinhas nas lapelas de seus paletós, e cartazes pró-diretas dão novo colorido às portas de alguns gabinetes.

O Comitê Pró-Diretas do Plano Piloto buscou em Recife a idéia de um decálogo que, feitas as devidas modificações, será remetido pelo correio à população. Algumas das suges-

tões são: aquisição de materiais de propaganda; confecção de faixas e cartazes; pressão, através de cartas e telefonemas, junto aos parlamentares; bate-papos com os vizinhos sobre a campanha e comparecimento aos comícios, no caso, à concentração do dia 24 de abril, em frente ao Congresso Nacional.

SERVIDORES SE MOBILIZAM

O funcionalismo público, que constituiu o maior contingente de trabalhadores da cidade, teve participação considerada "excepcional", por Maria Laura Pinheiro Rego, presidente da Associação dos Servidores Públicos do D.F., nas eleições simuladas que a Associação promoveu na segunda quinzena de março.

Os servidores votaram quatro questões: eleições diretas ou indiretas; representação política para Brasília; reajuste de 100% em julho e realização de um congresso para discutir as reivindicações da categoria. (Rosane Reis)

Brasília fará comício

O movimento pró-diretas de Brasília tem proposta de realização de um comício para o dia 24 de abril, véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados. Fernando Tolentino, autor da proposta, acredita que 250 mil pessoas comparecerão ao comício, que contará com um forte esquema de segurança contra problemas de tumulto e desordem, como ocorreu em outros Estados.

O projeto do comício inclui um orçamento para as diversas atividades, como transporte, propaganda e divulgação. O custo total está em torno de 47 milhões, sendo 9 milhões destinados ao transporte de 15 mil

pessoas, que certamente irão à concentração; 17 milhões para cobertura dos meios de comunicação e 20 milhões destinados à instalação, sonorização e iluminação do palanque. Não foram computados os gastos feitos com convidados ao comício, que correrão por conta do comitê.

Ainda sobre o orçamento, Tolentino afirma que o comitê não poderá contar com recursos do empresariado de Brasília, "tendo em vista deles estarem comprometidos com o Governo", e defende a posição de que, embora a soma esteja um tanto alta para a cidade, ela é baixa se considerando o que foi gasto com comícios feitos em outras

capitais, com maiores recursos técnicos e humanos. Sendo assim, o movimento buscará recursos em partidos de oposição e demais entidades a ele ligadas.

O trabalho de mobilização do povo já está sendo executado e conta com o apoio jurídico da OAB-DF, que designou advogados para trabalharem junto ao comitê, porque tem havido problemas de policiais com o pessoal organizador. A Executiva acredita que o Governo tentará impedir a realização do comício, mas no momento nada se pode fazer a não ser continuar os trabalhos para o dia 24. (Luiz Carlos Quelroz)

OAB garantirá direitos

"Tenham a máxima certeza de que se os brasileiros, no exercício regular do direito de cidadania, forem molestados em Brasília por violência policial, principalmente no direito de ir e vir, e estiverem em vigência as franquias constitucionais, a OAB-DF estará à disposição de todos, pois colocará em plantão permanente os advogados de seu quadro para a defesa daqueles que sofrerem qualquer violação dos seus direitos", garantiu ao Campus o presidente da OAB-DF Maurício

Corrêa.

A OAB-DF criou em Brasília um Comitê Pró-Diretas que conta com a presidência suprapartidária do Conselheiro Luiz Seixas. Maurício Corrêa tem participado pessoalmente de várias solenidades, sempre sustentando as diretas. E o seu presidente lembra que "as diretas não são o ponto central que nos preocupa, mas, sim, todo um ideário democrático. Eleições diretas são um prefácio de um grande livro chamado Assembleia Nacional Constituinte, uma nova Constituição, com a

participação do povo".

A repetição das Medidas de Emergência em Brasília, para a OAB-DF, pode ocorrer, sobretudo se houver um grande comparecimento de populares na época da votação. "O clima de hostilidade existente contra a vontade do povo é notório. Um quadro novo pode ser desenhado. E lamentável, mas o Comandante Militar do Planalto, ainda, é o Gen. Newton Cruz, cujas peripécias todo o povo conhece", afirma Maurício Corrêa. (Carlos Dutra)

PARANOÁ CONTINUA SUJO

Sem recursos a CAESB adia dois projetos de despoluição

Embelezar a Capital, amenizar o seu clima seco e, principalmente, entreter o brasiliense são os três principais objetivos do Lago Paranoá, criado artificialmente em 1961. Desde essa época, no entanto, ele vem servindo de depósito de esgotos, o que tem modificado as suas características químicas, físicas e biológicas e impedido a utilização segura de sua área.

A CAESB — Companhia de Água e Esgotos de Brasília — responsável pelo processamento dos esgotos, começou a dar maior atenção a este problema a partir de 1978, quando a poluição do Lago provocou uma "onda" de mau cheiro na cidade. Vários projetos foram, então, elaborados, mas nenhum chegou a ser executado. Agora, a Empresa tem mais dois planos estruturados.

O primeiro, no valor de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, deve entrar em funcionamento a partir de

abril e prevê a drenagem, em três anos e meio, de partes do Lago Sul, onde houve, nos últimos dez anos, uma perda de mais ou menos 1 quilômetro de área, devido ao acúmulo de detritos. Este projeto prevê ainda, a retirada de parte dos aguapés que tomam conta do Lago.

O segundo, bem mais complexo e ousado, exige gastos da ordem de 100 bilhões de cruzeiros e é constituído pela implantação de redes de esgotos nos Lagos Norte e Sul, bem como pela ampliação da capacidade de tratamento das duas usinas existentes, uma no Lago Norte e outra no Lago Sul, que estão sobrecarregadas. Com esta modificação elas passariam a processar até 3.000 litros de dejetos por segundo, contra os atuais 290.

Outro ponto importante deste projeto é a interligação das redes do Guarã e do Núcleo Bandeirante com a Usina do Lago Sul, uma vez que hoje essas duas satélites despejam

seus esgotos no Paranoá, sem o devido tratamento. O projeto ainda prevê uma limitação do crescimento urbano e a criação de áreas de preservação, com atividades menos poluentes, que garantam o equilíbrio ecológico do Lago Paranoá.

Este segundo projeto, entretanto, encontra-se praticamente paralizado: a resolução 831 do Banco Central proibiu os repasses de recursos aos governos estaduais e municipais, para obras de saneamento básico. A resolução é decorrente da exigência do Fundo Monetário Internacional de não ser aumentada, em 1984, a dívida pública brasileira. Assim, os técnicos da CAESB estão a espera dos resultados das negociações entre o BNH e o Governo Federal para que possam ser utilizados os recursos destinados ao projeto.

Enquanto isso, o que vem sendo feito no Paranoá, por uma questão de emergência e de verbas

disponíveis, é a adoção de medidas paliativas, como a aplicação dos Sulfatos de Cobre e Alumínio no combate às algas da espécie **Micrrocystis-Aeruginosa**, que devido à grande quantidade de nutrientes depositada no Lago, principalmente o Fósforo e o Nitrogênio, têm um ambiente propício à sua proliferação. Estas algas, quando se decompõem, produzem mau cheiro e características indesejáveis na qualidade da água, conforme aconteceu em novembro de 1978.

Paralelamente à aplicação dos algicidas, uma série de medidas preventivas foi tomada, como o controle de atividades poluidoras na bacia do Paranoá. Através de todas essas medidas têm sido possível, até agora, segundo o Engenheiro da CAESB, João Augusto Bernald Burnett, evitar que o fenômeno do mau cheiro se repita

(Afonso Cozzolino e Carlos Alberto Carvalho).

Uma praga difícil de controlar

"Uma praga". Assim o Engenheiro Burnett, da CAESB, define os aguapés que se desenvolvem em todo o Lago. Sem saber explicar como a planta chegou ao Paranoá, Burnett explica que, de certa maneira, ela é útil, já que através de suas raízes absorve parte dos nutrientes depositados na Bacia. Mas há um lado negativo: os aguapés têm uma alta taxa de crescimento — em três meses, uma única planta pode dar origem a 60 mil novas plantas —, o que dificulta o seu controle e torna inviável um sistema de processamento e colheita que poderia ser utilizado como instrumento de despoluição. A planta em grande quantidade cobre a superfície do Lago e elimina as fontes naturais de oxigênio, o que compromete substancialmente o equilíbrio ecológico da Bacia do Paranoá. (Afonso Cozzolino e Carlos Alberto Carvalho)

DANTE

Modelo de 64 pro

Apesar de ter saído do anonimato nacional há menos de um ano, Dante de Oliveira é hoje um nome que ocupa as primeiras páginas dos jornais, além de ser um dos parlamentares mais solicitados entre os 547 que circulam no Congresso Nacional, por ser o autor da principal Emenda que restabelece as eleições diretas para Presidente da República.

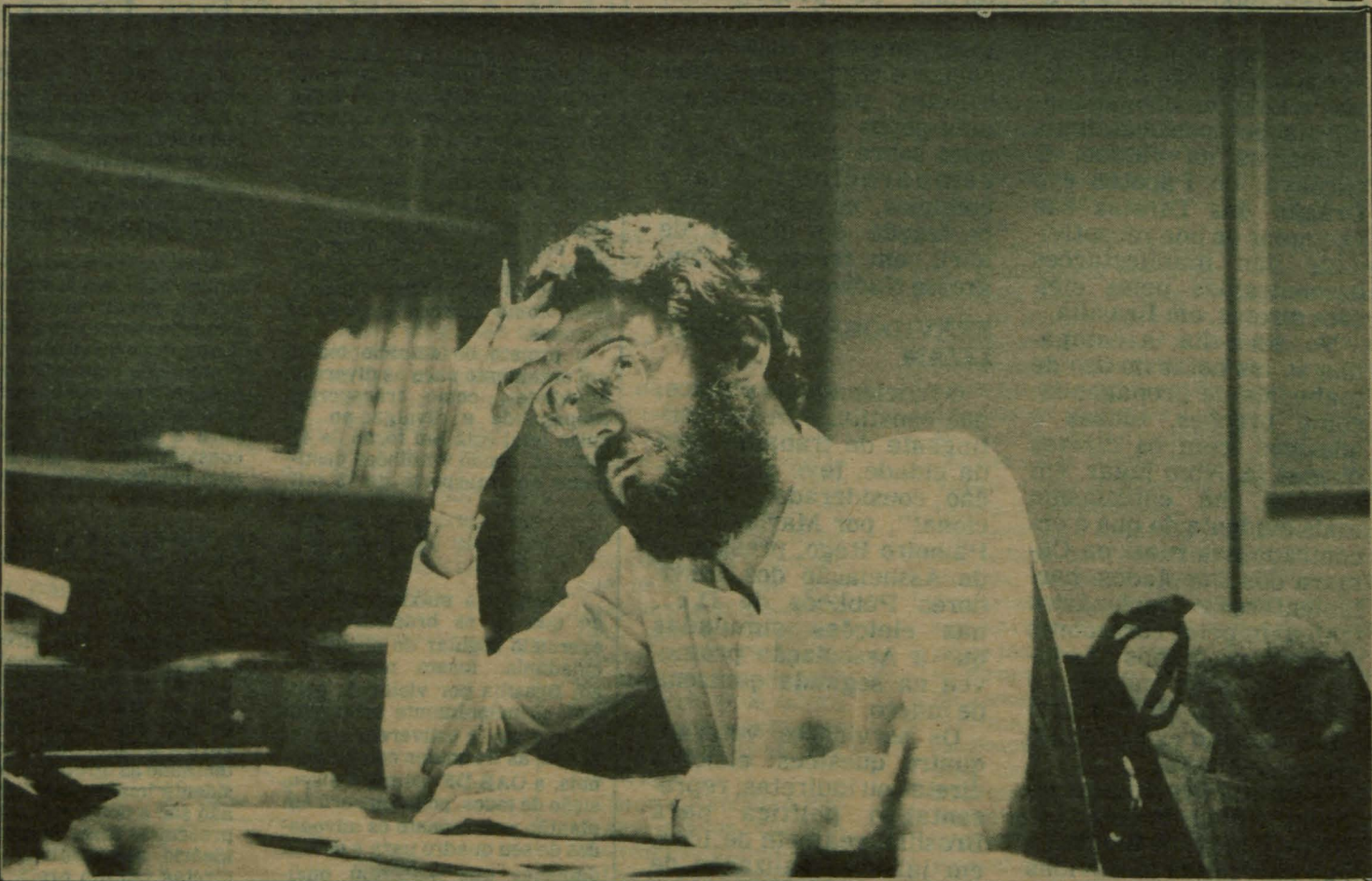
Engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e com apenas 32 anos de idade, já cumpriu quatro anos de mandato como Deputado Estadual na sua terra natal Cuiabá-MT, sendo inclusive um dos mais ativos participantes nos movimentos de reivindicação estudantil, no período de 74, quando despertou para a sua inclinação política. Eleito pelo povo Deputado Federal — PMDB, em 1983, veio para Brasília onde cumpre a sua primeira legislatura.

E foi sentado, descontraidamente, na poltrona do seu gabinete, que Dante de Oliveira falou quase sem parar à reportagem de Campus, sobre os mais variados problemas da política nacional como eleições diretas e suas implicações, sobre a descentralização do poder, o descrédito do governo, qualificando-o de corrupto e marcado pelos desmandos administrativos e escândalos financeiros, sobre a substituição do sistema de ensino, a partir de 1964, com um modelo de desenvolvimento todo voltado para os interesses do capitalismo internacional, o modelo "maquilavelico" do Fundo Monetário Internacional e seu temor de que o Brasil se transforme num País desenvolvido e conseqüentemente mais um concorrente dos países industrializados, como também da atual estrutura, taxando-a de injusta, desumana e cruel.

Lêda Sampaio - Márcio Araújo.

Campus — E sabido que a eleição direta para Presidente da República é uma aspiração do povo brasileiro. Mas o que o motivou a apresentar esta Emenda?

Dante — Esta Emenda tem uma história. Durante a minha campanha eleitoral em 1982, no Mato Grosso, a grande preocupação que eu e a maioria do PMDB tínhamos, era com o fato de que conquistado o Governo do Estado, nós não iríamos conseguir resolver os problemas básicos da nossa população. De 64 pra cá, tornamo-nos praticamente uma República unitária e não Federativa, com tudo centralizado em Brasília. Era preciso então que a gente colocasse as aspirações do povo, procurando direcioná-lo para a conquista do poder maior, do poder político. Era uma vibração enorme quando eu colocava a questão



MARTA ALEJARRA

O deputado Dante de Oliveira falou com exclusividade ao

das eleições diretas para Presidente da República. Era uma coisa que estava, realmente, no coração do povo.

Depois das eleições preparei um documento para o PMDB do Mato Grosso lançando uma campanha pelas eleições diretas. Era fundamental a gente aproveitar o embalo cívico do povo, nessa bebedeira cívica e transferir isso para um objetivo maior que era a mudança do Presidente da República pelo voto direto. Assim, o projeto já estava pronto quando cheguei ao Congresso.

Campus — Quais são as perspectivas de aprovação da Emenda?

Dante — Estou muito otimista. Acho que a mobilização popular foi algo muito maior do que o próprio PMDB esperava. Logo que começamos esta campanha, prá valer, a partir de dezembro, a própria Oposição não acreditava que nós tivéssemos uma resposta tão grande da opinião pública.

A campanha alcançou todos os rincões do País e todos os segmentos da sociedade e acabou gerando pressões junto aos deputados e senadores do próprio partido do Governo. Eu mesmo tenho recebido cartas e ofícios de vereadores, deputados estaduais, presidentes de diretórios do partido do Governo, todos exigindo eleições diretas para presidente. Isso mudou o comportamento de muitos deputados. Outros, que ainda estão indecisos, vão acabar optando realmente pelas eleições diretas por ser um sentimento nacional.

Campus — Existe algum dado estatístico atual sobre a possibilidade de aprovação da Emenda no Congresso?

Dante — Temos hoje mais de 50 votos de deputados do PDS. Precisamos de mais uns 23. Mas o número de indecisos ou dos que não expressaram ainda o seu voto é muito grande. No Senado faltam oito ou nove votos.

Campus — Há possibilidade. Mas acredito que será muito difícil os senadores se colocarem contra uma decisão da Câmara e um desejo de toda a sociedade.

Campus — Porque a Emenda de sua autoria não inclui as diretas para prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e dos municípios considerados de segurança nacional?

Dante — Quando apresentei a Emenda, tive o cuidado de apresentar um projeto o

mais simples possível. Eu sabia que para a aprovação de um projeto de Emenda Constitucional é necessário 2/3 da Câmara e do Senado. Ou seja: nós precisaríamos de votos do partido do governo. Precisaríamos de negociar com todas as forças que desejassem aprová-la. Por isto apresentei uma Emenda simples. Cabe nela qualquer gancho.

Além disso, já existia um projeto antigo, de Emenda Constitucional, do Senador Mauro Benevides, do PMDB, estabelecendo as eleições diretas nas capitais e outros projetos de recuperação da autonomia das Estâncias Hidrominerais.

Campus — O projeto de emenda do grupo pró-direta não teria sido criado com a intenção de esvaziar a Emenda Dante de Oliveira?

Dante — Não. Tenho razões de sobra para acreditar na sinceridade deles. Tenho conversado muito com eles. Eles estão engajados e comprometidos. Entendo que o que eles desejam são algumas modificações, principalmente na questão dos partidos, de criar facilidades para o surgimento de novos partidos, porque eles já não têm ambiente dentro do PDS. Se for aprovada a eleição direta já para Presidente, eles pretendem concorrer dentro de um novo quadro partidário — o que eu acho uma reivindicação justa. Se a proposta deles conseguir mais votos que a nossa, não tenho porque me opor.

Campus — Regimentalmente, qual a possibilidade desta proposta do grupo pró-diretas do PDS ser apresentada em substituição à de sua autoria?

Dante — Eles tinham a idéia de apresentar esta proposta para ser anexada à minha. Mas isto não pode mais, porque a minha já percorreu todos os canais de tramitação normal. Eles estão estudando a possibilidade de juntá-la a um projeto correlato. Mas parece que estão querendo anexar a um projeto do Deputado Hélio Navarro, que restabelece as eleições nas Estâncias Hidrominerais.

"E preciso que a população seja parte do processo, tanto para coisas boas, como para ruins. Não apenas para fome, miséria, desemprego e outras injustiças."

Campus — Com a direta vitoriosa, o senhor acredita que esta mobilização pode se tornar uma forma de organização e participação no próximo governo? Com diretas agora, termos condição de democratizar o

Campus

País?

Dante — A grande tarefa nossa é, exatamente, conquistarmos as eleições diretas como forma de consolidação da democracia brasileira. As eleições diretas teriam esse caráter — de promover uma participação maior e, principalmente, o envolvimento maior da sociedade brasileira com o governo. E preciso que a população seja parte do processo: para as coisas boas e para as coisas ruins. O que nós não podemos mais aceitar é ser parte apenas para as coisas ruins, para a miséria, para a fome, para o desemprego, para as diversas outras injustiças que acabam recaindo sobre os ombros da população trabalhadora, dos assalariados.

Campus — O que podem os estudantes universitários fazer para o êxito desta campanha?

Dante — Os estudantes têm uma tradição de luta que deve ser resgatada ao má-

"Estrutura se modifica com trabalhadores na cabeça"

ximo. Toda essa experiência do estudante deve ser levada à frente, principalmente, neste momento decisivo para a aprovação das eleições diretas. Não podemos esquecer nunca do papel fundamental que teve o estudante naquela época histórica do "Petróleo E Nosso". Mesmo em 64, com a União Nacional do Estudante (UNE), o estudante tinha um importante papel, do ponto de vista político, da participação da juventude no processo brasileiro. Os estudantes devem levar o debate das questões econômicas, sociais, de soberania da nossa pátria, para dentro das Universidades. Deve discutir, internamente, com os alunos, os funcionários, e deve promover debates com os professores. Espero que os estudantes, principalmente os da UNB possam, inclusive, participar do dia da votação, visitar os deputados e senadores do PDS, enviar documentos a eles, telefonar e visitá-los nas suas residências.

Campus — Como o deputado vê a cobertura da campanha feita pelos veículos de comunicação de massa?

Dante — Os órgãos de comunicação estão tendo um papel fundamental. Real-

AFIRMA: stituiu o ensino

mente, a imprensa nacional conseguiu se sensibilizar para a gravidade do momento e também para esta grande reivindicação do povo brasileiro. A *Folha de São Paulo* foi um dos primeiros jornais da grande imprensa nacional que colocou a necessidade e a importância das eleições diretas para Presidente da República. Temos ainda resistências de alguns órgãos importantes como é a *TV Globo* mas, mesmo assim, ela não consegue omitir as maiores mobilizações populares.

Campus - A descentralização do poder viria como consequência de uma eleição direta?

Dante - As eleições diretas não são uma varinha mágica para resolver todos os problemas nacionais. Nós da Oposição entendemos que a eleição direta é vital, do ponto de vista de você legitimar o poder, de conquistar um governo que tenha o mínimo de representatividade social e força a nível interno, para que a gente possa negociar a dívida externa. Para você defender a soberania da sua pátria é necessário que tenha o respaldo popular da sociedade brasileira. E por isso que esse governo não o faz. Este governo não representa e não tem compromisso com a sociedade brasileira. Os compromissos dele são realmente com a burguesia financeira in-

"Corrupção, desmandos e escândalos no governo"

ternacional. Então, as eleições diretas seriam um meio e não um fim em si. Com um governo legitimamente eleito, com força popular e com compromissos democráticos e populares, vamos conseguir consolidar a democracia. Vamos fortalecer o Poder Judiciário e o Legislativo. O Congresso Nacional precisa recuperar as suas prerrogativas porque tudo que nós tínhamos de poder, foi-nos subtraído.

Quando todo nós tivermos parte no governo, conseguiremos modificar muita coisa no Brasil. Vamos resolver tudo? Não. Mas vamos começar a dar um caminho. O importante, hoje, no Brasil, é a questão da credibilidade do governo. O Delfim Netto, o Figueiredo, podem ir pra televisão, chorar, prometer, jurar, que ninguém acredita. Não há a menor sinceridade, não há o menor respeito do governo para com a sociedade, para com o povo que trabalha, que labuta, que paga impostos, que tá procurando dinamizar o País e retirá-lo do caos. Então, eu não tenho dúvida que este governo que aí está, não tem condições morais pra exigir sacrifício de ninguém. É um governo marcado pela corrupção, marcado pelos escândalos financeiros, e pelos desmandos administrativos. Um governo desse não tem condições políticas para governar e o Colégio Eleitoral vai ser a continuidade disto. E por isso que somos contra ele.

"Modelo de 64 conseguiu prostituir o que havia de mais nobre no ensino brasileiro".

Campus - Qual a sua opinião sobre o sistema de ensino no País? **Dante** - Infelizmente, este modelo de 1964 conseguiu prostituir o que havia de mais nobre no ensino brasileiro. O principal para o Brasil, por ser um País subdesenvolvido, era investir maciçamente no setor de pesquisa, para que a gente pudesse adquirir "know-how" para ir, aos poucos, se desligando desta dependência tecnológica, muito séria no Brasil. A verdade é que nós temos um modelo de desenvolvimento todo voltado para os interesses do capitalismo internacional que não deseja viabilizar um projeto independente para o Brasil.

A nível de Universidade, assistimos ao garroteamento das entidades estudantis e do seu papel político e os currículos montados de cima para baixo, quando deveria ser um centro dos mais ricos de debates dos problemas nacionais.

Campus - E o que falta para a Universidade atuar dentro dos seus verdadeiros propósitos?

Dante - Enquanto nós não conquistarmos a democracia, nós não vamos ter uma universidade aberta. Quando as nossas potencialidades brasileiras se voltarem não para a produção de dólares, para ficar tentando pagar a nossa dívida externa brutal e os serviços da dívida, mas para o desenvolvimento de soluções dos nossos problemas internos básicos de saúde, educação, moradia, nós teremos uma universidade toda voltada e engajada neste processo.

Campus - E os movimentos reivindicatórios dentro das universidades.

Dante - É vital para o estudante também se organizar nos seus diretórios acadêmicos, nas UEE, na UNE, inclusive na luta pela legalização da UNE. E preciso que nós tenhamos uma entidade estudantil, de nível nacional, reconhecida pelos estudantes e que consiga unificá-los também. A UNE é um instrumento tradicional e precisa ser cada dia mais legitimado e legalizado.

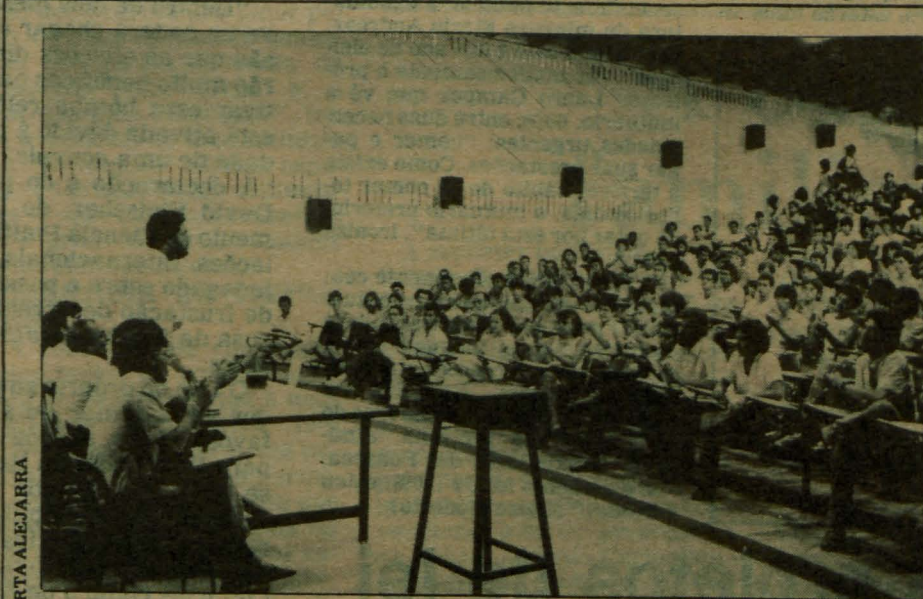
"Só poderemos modificar essa estrutura podre, injusta, desumana, cruel, se os trabalhadores estiverem na cabeça do processo político".

Campus - Como o Deputado vê os movimentos sindicais?

Dante - É fundamental na sociedade brasileira, porque os trabalhadores têm que ter o seu espaço próprio, têm que participar não só nos partidos políticos, como também nas suas organizações sindicais.

"Captação de dólares garantirá crédito"

aonde eles vão aprofundar as suas reivindicações econômicas. Isso é importante porque os trabalhadores passam a ter um senso coletivo e a importância da sua própria organização, como força política de reivindicação. É fundamental que eles se



Dante durante palestra na UnB promovida pelo DCE

Dante debate a eleição na UnB

"Depois de 64, o que mais se tentou fazer através deste regime ditatorial imposto, à revelia do nosso povo, foi exatamente calar este setor de tantas tradições, de tantas lutas, que é o setor estudantil e principalmente a juventude brasileira". Esta declaração foi feita pelo Deputado Federal Dante de Oliveira, autor da emenda que restabelece eleições diretas para Presidente da República, durante debate realizado, no dia 20 de março, pelo DCE Honestino Guimarães da UnB.

Além de Dante, também estavam presentes os Deputados Federais João Herrmann (PMDB-SP) e Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), o vice-presidente da Regional Centro-Oeste da UNE, o Vice-presidente da Regional do PT—seção DF e um representante do Comitê Pró-Diretas do DF.

Dante de Oliveira ressaltou a importância da participação estudantil no processo democrático, dizendo que "por mais força que o Governo pudesse ter a nível militar e em alguns setores da sociedade", nunca conseguiu conter a voz do estudante.

Egidio Ferreira Lima fez uma análise histórica, destacando o funcionamento das instituições democráticas no período de 46 a 64. Concluiu sua análise reiterando o engajamento do PMDB na formação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O deputado João Herrmann declarou em seguida que a situação teme os estudantes "porque quando os estudantes falarem, essa nação começa a pegar fogo. Eles estão com medo dos estudantes do Brasil. Eles estão com medo da voz dos estudantes".

Por sua vez, o Deputado Dante de Oliveira esclareceu que sua Emenda não se propõe a solucionar todos os problemas nacionais, mas que seria uma maneira pacífica de demarcar os limites da soberania Nacional e garantir respaldo popular às decisões do futuro governo.

Preferindo não discutir sobre a aprovação ou não da Emenda Dante de Oliveira, o deputado Egidio Ferreira Lima concluiu dizendo que o Partido aguardará a votação para, posteriormente traçar novas diretrizes. (Jair Barbosa Júnior e Denise de Rouke)

organizem em sindicatos, em associações de bairro, em associações de tudo quanto é tipo, conforme a atividade econômica de cada trabalhador. Nós só viremos conquistar melhores condições de vida para nossa gente, nós só poderemos conseguir modificar essa estrutura podre que aí está, esta estrutura injusta, desumana e cruel, se os trabalhadores estiverem na cabeça do processo político de transformação.

Campus - Deputado, no seu último pronunciamento em rede nacional, o presidente Figueiredo disse que neste Governo criou-se muitas oportunidades a nível energético, desenvolvimento pró-álcool, escolas, telecomunicações, enfatizando que cerca de 45 milhões de brasileiros trabalham. Como o sr. vê o pronunciamento sob o aspecto do desemprego?

Dante - A verdade é que o Brasil, hoje, atravessa uma das mais graves crises econômicas e social de sua história. Isto não aconteceu por acaso. É fruto de um modelo de desenvolvimento econômico e social implantado em 64 — a força contra tudo e praticamente contra todos —, onde as normas vieram ditadas de fora para dentro, em cima de um projeto anti-nacional, anti-popular e anti-social. Desde 64, nos colocamos na Oposição e sempre afirmamos e denunciávamos que o Brasil iria para um beco quase sem saída.

Hoje, o Brasil está com uma dívida externa de mais de cento e tantos bilhões de dólares com os serviços da dívida também em torno de 24 bilhões de dólares anuais, fruto dessa própria dependência externa. Hoje, o Governo serve subservientemente e impatrioticamente aos interesses das multinacionais, dos banqueiros dos grandes grupos financeiros internacionais e

"FMI teme que o Brasil se torne uma potência"

que impõem ao País um modelo de recessão gravíssimo. Com essa "regressão econômica", as empresas não estão tendo condições de produzir. O custo de dinheiro elevou-se de tal forma que ficou impraticável para pequenas e médias empresas captar qualquer capital de giro, para movimentar as suas fábricas, as suas indústrias, suas empresas em geral. Isto acabou fechando inúmeras fábricas ou diminuindo a produção de muitas outras.

"O problema do Brasil é plantar dólares, colher dólares pra poder equilibrar a sua dívida externa e continuar sobrevivendo".

Campus - O que isto representa em termos práticos?

Dante - Significa você diminuir a sua mão-de-obra, você ter que jogar no olho da rua milhões de desempregados. Este é o retrato que nós estamos flagrando. O retrato de contar já com 10% da população economicamente ativa, desempregada. Um número altíssimo que atinge, talvez, uns 4 milhões de habitantes. Além de outro tanto de subempregados. Além disto, assistimos a ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma coisa maquiavélica e o Governo Federal aceitando passiva e covardemente este modelo, diminuindo ainda mais o poder de compra do nosso povo.

Campus - O que isto significa?

Dante - Significa que você acaba afetando também o Parque Produtivo. Com o problema também da "dívida externa", nós estamos assistindo a uma coisa brutal no campo da agricultura. Hoje, nós estamos vendo nossas áreas agricultáveis serem substituídas por grãos que rendem dólares. Quer dizer: o problema do Brasil é plantar dólares. Tem que plantar dólares, colher dólares, para poder equilibrar a sua "dívida externa" e continuar sobrevivendo. Hoje, diversas pessoas que plantavam arroz, milho, trigo, e outras coisas que nós comemos, estão correndo pra plantar soja.

Pastore sugere tiro na cabeça

"Se você quiser fazer um grande favor a seus filhos, o melhor é dar um tiro na cabeça". Ao contrário do que possa parecer, não foi nenhum empresário à beira da falência quem deu este conselho. Foi o próprio presidente do Banco Central, senhor Celso Pastore, referindo-se à situação em que se encontram os mutuários do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) durante a gravação da entrevista ao programa "Canal Livre", da Bandeirantes.

Em resposta a este recado, que suscitou frases de indignação pelo país, o presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH), Nelson da Matta, pede, não esclarecendo a quem, que o sonho de casa própria não seja destruído. "Nós estamos procurando uma solução", diz da Matta. Esta solução já foi encontrada pelos mutuários de um conjunto residencial da periferia de Belo Horizonte e de Fortaleza: simplesmente não pagar.

Na mesma semana, o BNH lançava nova forma de calcular o aumento das prestações, estabelecendo 80% da variação do salário mínimo nos últimos doze meses, sem a obrigação, por parte dos mutuários, de pagar o saldo devedor, além de acabar com a semestralidade.

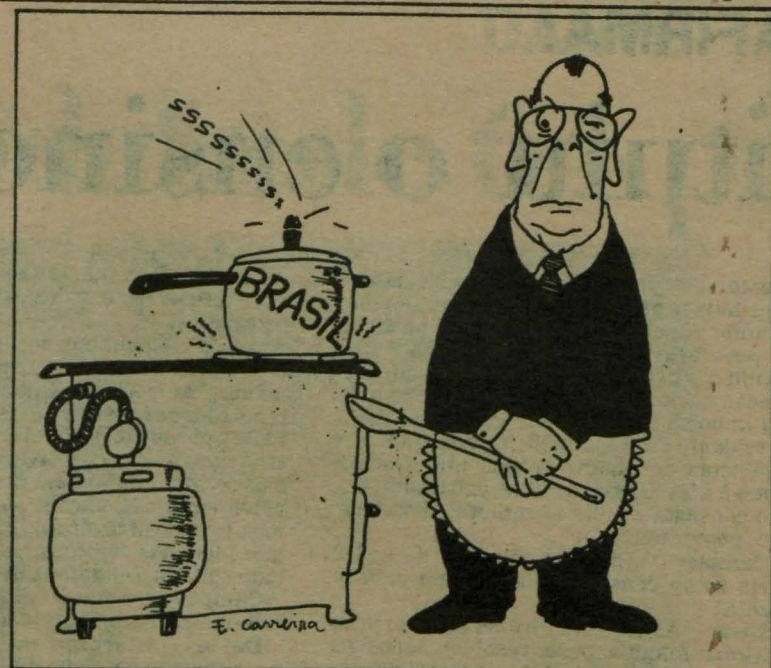
O economista e professor do Departamento Economia da UnB, Lívio Carvalho, vê essa opção de pagamento apenas "vantajosa" (aspas do professor) para quem estiver falando, no máximo cinco anos, para liquidar suas prestações ou para quem realmente não tem condições de suportar os 180% de aumento que virão em julho. "Para os que puderem pagar, o melhor é continuar no esquema de antes", aconsa o professor, pois caso o Governo consiga cumprir as metas de inflação impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as prestações dos que optarem pelos 80% estarão mais al-

tas do que os que continuaram com os contratos normais.

Com esta nova fórmula de cálculo, o BNH está apostando em uma elevação dos salários acima dos índices de inflação a partir de 1985. Tanto Lívio Carvalho como o professor Lauro Campos, também do Departamento de Economia da UnB, não acreditam que os salários sofram alteração para melhorar tão cedo. "O pagamento da dívida externa está mais ou menos encaminhado para este ano. Mas em 85 haverá mais uma rodada de negociações. A exportação encontra-se sob forte proteção governamental e os que dirigem a economia do país continuam acreditando que os salários são os grandes culpados pela inflação, quer dizer, não creio que em 85 os salários melhorem", explica o professor Lívio.

Outro ponto em que os dois economistas concordam é que esta fórmula possui um objetivo essencialmente político: a candidatura do ministro Mário Andreazza. "Afinal este é um ano de eleições", diz maliciosamente o professor Lauro Campos que vê o mutuário, hoje, entre duas necessidades urgentes: "comer e pagar suas prestações. Como existe o terrível hábito de se comer todos os dias, o mutuário preferindo optar por esta última", ironiza Lauro.

O Brasil conta atualmente com cerca de 4,1 milhões de mutuários. O professor Lívio Carvalho é um deles. Ao ser indagado como se sente ao ver crescer em 180% suas prestações, ele com um melo riso, faz suas as palavras do ex-ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca: "se o aumento for de 180%, estou perdido!" (Luiza Modesto)



Campanha Pró-Diretas, o poder da mobilização

"Dentro de dois meses, o governo poderá chegar à conclusão que as eleições diretas serão muito benéficas para desativar essa bomba relógio que está ativada devido à possibilidade de uma convulsão social. A declaração é do professor David Fleischer, do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, ao ser indagado sobre a possibilidade de frustração decorrente da recusa da Emenda Dante de Oliveira.

O fato do próprio governo poder vir a tomar uma decisão favorável às eleições diretas para Presidente da República, se deve, em grande parte, à campanha que mobiliza atualmente uma expressiva maioria da população brasileira. Comícios como o de São Paulo e Belo Horizonte são indicações claras da capacidade de mobilização do povo e marca uma virada histórica nos movimentos populares.

MODERAÇÃO

O nível de organização e sofisticação dos comícios populares evidencia o tom moderado da campanha, evitando dessa forma radicalismos que poderiam comprometer o seu sucesso. A acusação de que os comícios e a própria campanha estão nas mãos de comunistas, repetindo um velho ritual, foi levantada por membros do governo pois, como diz Fleischer "qualquer mobilização popular nesses últimos 20 anos serviu de pretexto para uma contra mobilização das Forças Armadas".

Atualmente a possibilidade de uma contra reação das Forças Armadas esbarra no fato da campanha estar sendo realizada "com um certo entrosamento com os órgãos de segurança, com grande dose de moderação, para mostrar que é uma mobilização ordeira, dentro dos termos da lei", afirmou o professor. Nisto a Campanha das Eleições Pró-Diretas tem se diferenciado das reivindicações populares que assaltaram as grandes capitais brasileiras, no segundo semestre de 82 e se caracterizaram pela

pouca organização e pela violência como foram realizadas, com saques principalmente.

TENSÕES SOCIAIS

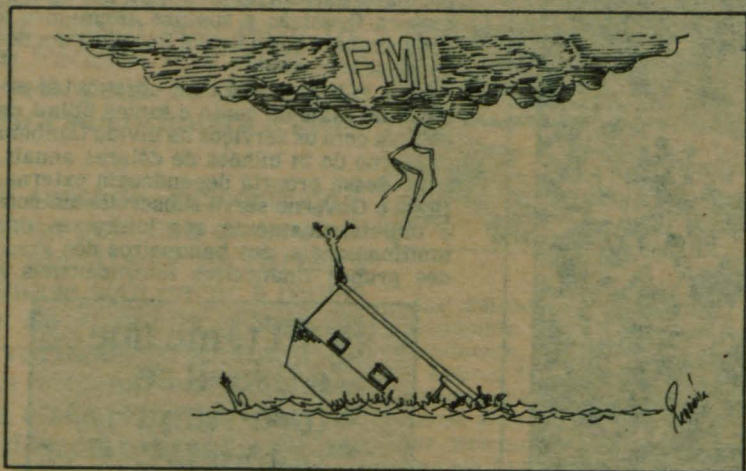
A Campanha Pró-Diretas estaria funcionando assim como um aglutinador de tensões sociais, notando-se uma clara diminuição dos movimentos reivindicatórios de cunho social que marcaram a cena política até o início da atual campanha. Nesse sentido, essa mobilização conteria no seu bojo a esperança de soluções que atualmente afligem o país. Não que a aprovação da Emenda Dante de Oliveira resolveria os problemas de ordem econômica, mas daria um respaldo popular para futuras decisões que viriam a ser tomadas nesse campo.

Se essa expectativa que se criou em torno da Campanha Pró-Diretas for frustrada, com a recusa da Emenda, no próximo dia 25 de abril, David Fleischer ressalta que "essa mesma mobilização pode voltar a ocorrer, com maior força, e não ser contida pela moderação. Isso é o maior perigo. E tem provocadores da direita que gostariam de ver isso acontecer".

Com respeito a uma nova tentativa de fechamento por parte das Forças Armadas, Fleischer diz acreditar na possibilidade disso vir a ocorrer. Mas, nota que além da falta de respaldo popular, o fechamento encontraria os militares tão divididos quanto estavam em 64. Haveria então uma luta de facções dentro do exército.

Ainda como um empecilho a esse fechamento, aparece a formação peculiar do Exército. Os soldados são recrutados e servem, normalmente, nas suas regiões de origem. Seria então querer confrontá-los as suas famílias e conhecidos, causando um forte impedimento para a concretização desse intento.

A Campanha Pró-Diretas está não só opondo a população uma série de senhores encalados no congresso, como também quebrando o mito de que as Forças Armadas estão sempre unidas e coesas.



DIAP fiscaliza projetos de lei

O anteprojeto de lei do Ministério do Trabalho, alternando a legislação trabalhista relativa ao direito de greve já mereceu um parecer técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), órgão inaugurado no dia 14 deste mês para desenvolver, junto ao Parlamento, um trabalho de assistência às entidades sindicais. O DIAP fará estudos, análises, controle e elaboração de projetos de lei e anteprojetos do interesse da classe trabalhadora.

Ulisses Riedel, advogado trabalhista e diretor técnico do DIAP, fala com entusiasmo do novo departamento, afirmando que por ser um órgão apartidário, pretende realizar na área do projetos e anteprojetos legislativos, uma atuação séria, que possa simultaneamente verificar e opinar sobre as matérias de interesse dos empregados e colaborar no melhoramento da condição social do país, da mesma maneira que o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (DIEESE) vem fazendo na área econômica.

"LOBBY DO TRABALHADOR"

A primeira proposta para a criação do DIAP foi lançada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluvial e Aéreo. Sua concretização, fruto de muitas reuniões sindicais realizadas durante anos, onde se discutia a necessidade do trabalhador possuir o seu próprio "lobby" organiza-

do, pra não deixar apenas os empregadores fazendo este tipo de assessoria técnica.

O "lobbying", que é a forma de realizar todas as tentativas profissionais — inclusive por meio de solicitação pessoal — objetiva induzir o Legislativo e o Executivo, principalmente, votar ou agir numa determinada direção sobre um projeto ou uma questão política.

O boletim distribuído pelo DIAP assegura que "não há projeto em curso no Congresso Nacional que não passe pelo crivo dos assessores técnicos patronais, que também elaboram anteprojeto de lei, propostas de emenda e substitutivos".

Desarticulados neste campo, sem qualquer controle dos projetos em andamento, o trabalhador não contava com um "lobby" organizado como a classe empresarial. Este velho sonho agora se concretiza com o aparecimento do DIAP.

PROPOSITOS

O DIAP, que conta com o apoio da classe trabalhadora — dos Sindicatos, Federações e Confederações, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) — pretende manter um quadro permanente de juristas, advogados especializados nas áreas trabalhista, constitucional, previdenciária, confederações e sindicatos, além de fazer contratos com técnicos eventuais para o exame de maté-

rias consideradas fora da especificidade dos técnicos efetivos.

Junto ao Parlamento, o DIAP se propõe oferecer a parlamentares de todos os partidos o seu serviço e os seus técnicos na elaboração de projetos em benefício do empregado. Segundo Ulisses Riedel, "ainda que a ajuda do DIAP não seja solicitada, este órgão intervirá, detectando o projeto e procedendo dentro dos propósitos estabelecidos de análise à emissão de parecer seja na sugestão de emenda, retirada ou de substitutivo do projeto".

O novo órgão pretende ainda fortalecer o Congresso Nacional, impedindo que, "muitas vezes", funcione apenas como órgão homólogo da vontade governamental. O boletim que esclarece os propósitos do DIAP cita um levantamento do Deputado Hélio Manhães (PMDB-ES), no qual ficou comprovado que dos 2.790 projetos de lei apresentados pelos deputados federais, em 1983, apenas três conseguiram ser sancionados no Palácio do Planalto. "Em contrapartida, a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional, também em 1983, 115 decretos-leis, dos quais 71 foram aprovados por votação do plenário e 37 por decurso de prazo, enquanto somente sete foram rejeitados".

Primeiro fruto deste trabalho é o parecer técnico contrário ao anteprojeto de lei, elaborado pelo Ministério do Trabalho, alterando a legislação de dissídios coletivos, convenções coletivas e lei de greve.

A Campanha das Diretas invade o verão

Algo de novo sob o sol. É a mobilização nacional pelas eleições diretas para presidente da República, que ganhou intensidade justamente durante o verão, época das férias escolares e recesso parlamentar, estação inspiradora da descontração. Talvez por isso, a campanha ganhou a dimensão da alegria, do pitoresco, por onde fluiu uma criatividade incomum.

Nas capitais e no interior, nas praias, edifícios, bares; em todos os lugares pode se ver a marca das eleições diretas. Inovadoras formas de expressar uma causa política se multiplicam, na esteira da mobilização. São músicas, poesias, broches, pixações, adesivos nos locais mais inusitados. O carnaval deste ano, por sua vez, fica para a história como o carnaval das diretas, o tema mais explorado por blocos e escolas de samba. A moda de maior aceitação hoje é usar um dos tantos modelos de camisetas alusivas às eleições, cuja venda se tornou um grande negócio.

Na verdade, a campanha não podia esperar por outra estação. A votação da Emenda restabelecendo as diretas está prevista para o dia 25 de abril. Até esta data, as manifestações reunirão cerca de 3,5 milhões de pessoas nas ruas a exigirem as diretas. Cifra sem precedentes na pouca conhecida história dos movimentos de massas no Brasil.

UNIFICAÇÃO

De Norte a Sul do País, o movimento unifica diferentes e até antagonísticos setores sociais, partidos políticos e artistas. Todos, penalizados pela recessão resultante do atual modelo econômico, convergem suas esperanças para as eleições diretas para presidente da República. "Eleição direta não resolverá a crise econômica e institucional", diz o Governo e admitem as oposições, que porém acrescentam: "Hoje as mudanças — desejadas em diferentes níveis — só poderão advir com um Governo respaldado pelo voto popular".

E as manifestações prosseguem. As maiores certamente estão por acontecer. Se o comício de Minas superou o de São Paulo, o do Rio de Janeiro, adiado para o dia 10 de abril, deverá superar o de Minas. Contudo, a maior manifestação provavelmente será a do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, prevista para o dia 16 de abril. Enquanto alguns setores da oposição já iniciam negociações, prevendo uma possível derrota da Emenda Dante de Oliveira, a mobilização popular, ao contrário, segue crescendo.

POLITIZAÇÃO

Esses comícios têm um papel importante não só para mostrar ao Governo e parla-

mentares a força da reivindicação, mas também na educação política do povo e dos políticos. Mesmo os que não vão aos comícios são levados a refletir sobre o significado deles. Já os políticos opositores, apresentando diretamente suas propostas, podem ver de perto a disposição de luta do povo (e assim quem sabe aumentar a própria). A experiência adquirida na organização de grandes manifestações vem superando o amadorismo até então verificado nesse tipo de tarefa política.

Ninguém está imune ao apelo da mobilização. Personalidades normalmente refratárias às causas políticas vêm a público se manifestar, como Pelé e Roberto Carlos, que declararam seu amor pelas diretas. As velhas senhoras que foram à frente da "Marcha com Deus e a Família pela Liberdade", hoje lamentam os descaminhos da "Revolução". Quem espera vê-las ao lado dos comunistas — que elas tanto temiam — a gritarem juntos slogans pelas eleições diretas?

COBERTURA DA CAMPANHA

A cobertura da campanha pelos meios de comunicação vem evidenciando que a neutralidade jornalística não existe. A própria natureza polarizadora da questão permite revelar o engajamento dos órgãos jornalísticos numa ou noutra posição. Nos casos extremos isso fica bem claro. Tanto é que no comício da Praça da Sé um dos refrões repetidos com maior vigor foi o "abaixo a Globo". Até aquele dia, a maior rede nacional de TV vinha omitindo completamente do seu noticiário os fatos relacionados à campanha em favor das diretas. A partir de então, a Rede Globo e outros órgãos da grande imprensa, pressionados de várias formas, passaram a publicar num mínimo de espaço os fatos mais importantes da campanha.

Embora a mobilização pelas diretas não tenha ainda atingido o seu auge, já se pode aferir a importância que ela representa para o processo político. A Nação gradativamente rompe com o medo e o conformismo, exigindo participar na definição dos rumos do País. O líder opositorista Ulisses Guimarães, ao rejeitar a negociação com os detentores do poder em torno da sucessão presidencial, enfatiza em entrevista à Folha de São Paulo: "As soluções para essa crise econômico-social e institucional não serão encontradas mediante acordo entre as elites".

Cabe então indagar: Onde desaguará esta mobilização caso a vontade nacional for mais uma vez frustrada? (Márcio Araújo)



Em Belo Horizonte 250 mil pedem pelas diretas

A convenção familiar do PDS

A repórter política de O Estado de S. Paulo, Leda Flora, em levantamento do perfil de cada um dos convencionais do PDS, denuncia os casos de nepotismo e caciquismo na Convenção Nacional do PDS. A jornalista lembra os casos do cearense Flávio Marcillo, presidente da Câmara, que incluiu sua esposa como convencional e do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que conta com o voto do filho e de muitos amigos. O próprio presidente nacional do PDS, senador José Sarney, que, além dos três votos pessoais, tem os votos de um cunhado, um filho, um sobrinho, um genro, um primo e um irmão de criação. Como se vê, estes nomes não estão ligados aos resultados do PDS em 82.

O processo indireto é contestado em toda sua estrutura, pois os critérios de representatividade utilizados para legitimá-lo são muito duvidosos.

O Colégio Eleitoral que, segundo a atual legislação, escolherá o próximo presidente da República em janeiro de 85, reúne 69 senadores, 479 deputados e 138 delegados estaduais. A emenda constitucional, que rege a composição deste colégio, data de 29 de junho de 1982. Ela adicionou ao antigo Colégio seis delegados indicados pela bancada do respectivo partido majoritário em cada Estado. Desta maneira, o partido do governo detém 78 dos delegados estaduais (dos 13 Estados em que saiu vitorioso nas eleições de 82), 45 senadores e 235 deputados. Vale lembrar a presença de 19 senadores biônicos (o que não é um privilégio do PDS, pois o PMDB tem 2), indicados em 78 no governo Getulio. Além disso, em

muitos casos (como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo) o partido majoritário indica os delegados mesmo não detendo a maioria absoluta (50% mais um) na Assembléia.

PROPORCIONALIDADE

A proporcionalidade eleitoral/membro do Colégio Eleitoral não funciona em nenhum dos três níveis. Cada Estado participa igualmente com o mesmo número de senadores (três) e delegados (seis), independente do volume de eleitores. Para a Câmara Federal usa-se o critério do número de habitantes.

Apesar de prevista sua composição e delegação, o Colégio Eleitoral ainda necessita de uma lei complementar para a regulamentação. O Congresso Nacional deverá aprovar esta lei antes do Colégio se reunir. Mas se isto não ocorrer, o TSE poderá se julgar competente para promulgá-la. Caso contrário, as eleições não ocorrem, assumindo a presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, em exercício.

Por ter o PDS maioria absoluta no Colégio, delega-se sua Convenção Nacional o poder decisório sobre a sucessão, um colegiado anterior àquele previsto para escolher o presidente. São 781 convencionais que, pelo critério do voto cumulativo, representam 961 votos. Serão considerados membros da convenção com direito a um voto para cada uma das circunstâncias: ser integrante do Diretório Nacional, líder da bancada do partido, deputado ou senador e delegado estadual. Os dele-

gados, indicados nas convenções regionais, não possuem necessariamente cargo político ou um longo período de vinculação ao partido.

A BUSCA DE ALTERNATIVAS

A Emenda Dante de Oliveira, que prevê o restabelecimento das eleições diretas para agora, pretende dar representatividade para esta sucessão presidencial. Ela possui dois aspectos negativos, sob o ponto de vista das oposições, segundo análise do professor de Ciência Política da UnB, David Fleischer. As oposições estariam arriscando tudo. O novo governo disporia de todos os instrumentos e privilégios do atual governo militar. Esta fase passaria sem que os políticos aproveitassem o grande poder de barganha que adquiriram. Em segundo lugar, o autor da Emenda, talvez por inexperience, não previu eleições em dois turnos, o que comprometeu sensivelmente a vitória de um candidato opositorista. Em todo caso, na possibilidade, desta emenda não ser aprovada, já está, garante o professor, tudo pronto para a entrada na justiça eleitoral do registro de um novo partido, no chamado "day after" (26/04, dia seguinte à votação da emenda). Uma reforma partidária, neste momento, mudaria completamente as relações de força, tanto entre os partidos como nas forças internas que os compõem. Também é matéria de negociação a adoção do regime parlamentarista, com alguns adeptos importantes, como o chefe do gabinete militar, general Rubem Ludwig, (Cid e Silvana)

Baena Soares: um brasileiro na OEA

Pela primeira vez na história da Organização dos Estados Americanos (OEA), um Brasileiro chega ao posto de Secretário Geral da Organização. É o embaixador Baena Soares, atual Secretário Geral do Itamaraty e ex-professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília.

Baena Soares veio para o Departamento, no início dos anos 70, como assistente do então coronel Otávio Costa - criador da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República) - ambos lecionando a disciplina de Relações Públicas Governamentais, permanecendo como professor por alguns anos.

O professor José Salomão Amorim fala do embaixador Baena: "A impressão que eu tenho dele, Baena, como pessoa, é de uma pessoa muito simples, muito discreta e me chamava a atenção sobretudo a sua maneira de ser; democrata, tolerante. Isso numa época em que agente vivia no país, uma situação de muito autoritarismo. Nessas circunstâncias, você tendia a ver as pessoas que desempenhavam funções no governo (Baena era assessor de Otávio Costa na AERP), como pessoas autoritárias e isso não acontecia com o Baena". Salomão fala ainda de Baena como professor: "Tanto o Baena como o Otávio Costa, eram professores que agradavam os alunos, ou seja, tinham um desempenho satisfatório. Os alunos sempre os admiraram e sempre com eles as melhores relações de amizade e pedagógicas".

NA OEA

Ao assumir a Secretaria Geral da OEA, em junho, o embaixador Baena Soares vai encontrar um quadro bastante desfavorável. O jornalista Carlos Conde comenta que, "hoje em dia a OEA é um organismo totalmente desacreditado". Essa situação é facilmente explicada considerando-se que na última gestão - do Argentino Alejandro Orfila - a OEA não se comportou como o principal organismo político do continente, principalmente em questões de importância como a Guerra das Malvinas e a invasão de Granada pelos Estados Unidos. Carlos Conde diz que, "não se esperava que a palavra, que o debate, que a ação da OEA fosse impedir ou paralisar a guerra entre o Reino Unido e a Argentina - no caso da Guerra das Malvinas - nem que fosse impedir a invasão norte americana de Granada. O que se esperava era que ela tivesse uma atuação firme, clara, coerente e isso não aconteceu".

Além disso o quadro interamericano continua bastante complexo, destacando-se os problemas da Nicarágua e de El Salvador, sem mencionar o problema das Malvinas, cujo conflito armado está encerrado mas cujas negociações diplomáticas encontra-se em fase delicada.

Dentro desse contexto, as atenções recaem sobre a atuação do embaixador Baena Soares, esperando-se uma gestão de contenção de despesas, seriedade e acima de tudo, de afirmação política que restaure o prestígio e a imagem da Organização, como principal organismo político do continente Americano. (Cid Furtado Filho)

As origens da Organização

A Organização dos Estados Americanos teve sua origem em 1890 com a realização, em Washington, da primeira Conferência Internacional Americana, que contou com a participação de 18 países. Em 14 de abril daquele ano foi então criada a União Internacional de Repúblicas Americanas, com a proposta de reunir dados e elaborar estatísticas de interesse para os países membros.

Com a realização da Nona Conferência Internacional Americana (Bogotá, 1948), a União Internacional de Repúblicas Americanas transformou-se em Organização dos Estados Americanos e o escritório de que dispunha passou a ser Secretaria Geral da OEA.

Nessa nova estruturação, a OEA partiu para a realização dos objetivos e obrigações regionais, essenciais, contidos em sua carta diretora: "afiançar a paz e segurança do continente; prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar as soluções pacíficas das controvérsias que surjam entre os estados membros; organizar a ação solidária dos Estados em caso de agressão; procurar a solução dos problemas

políticos, jurídicos e econômicos que surjam entre eles, e promover por meio de ação cooperada seu desenvolvimento social, econômico e cultural".

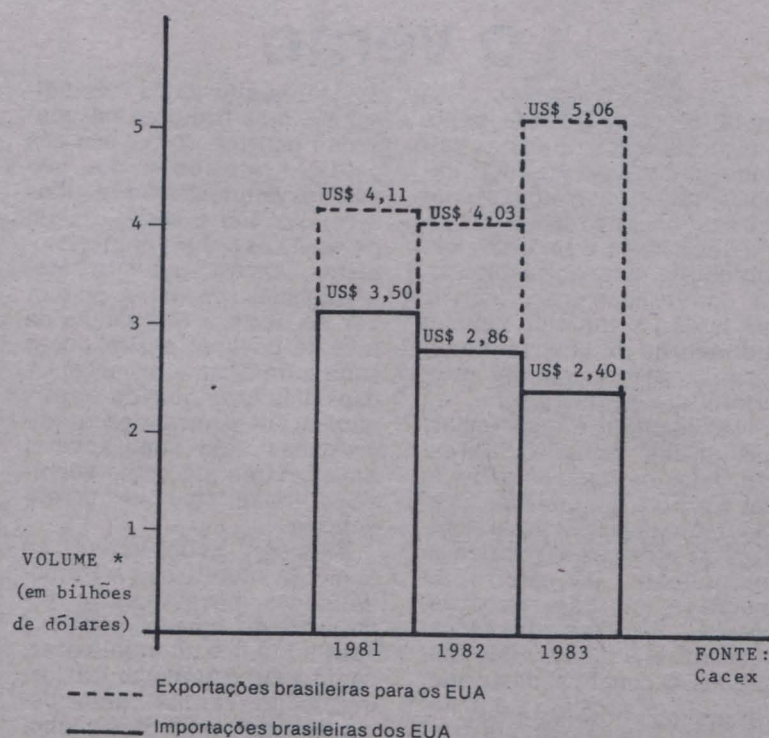
Cabe à Secretaria Geral, da OEA, executar programas e políticas decididas pela Organização em suas Assembléias Gerais - realizadas uma vez ao ano - e Conselhos (Conselho Permanente, Conselho Interamericano Econômico e Social, Conselho Interamericano para Educação, Ciência e Cultura). Dessa forma a Secretaria Geral é de grande importância dentro do sistema interamericano, pois serve a toda Organização e aos governos dos Estados membros.

O Secretário-Geral é responsável pelo cumprimento das funções e obrigações da Secretaria Geral e deve responder perante as Assembléias Gerais sob esse aspecto. Seu mandato é de cinco anos.

A Secretaria Geral deve participar das principais reuniões da Organização, seja na pessoa do Secretário Geral ou não, com direito a voz mas sem direito a voto. (Cid Furtado Filho)

Os dados divulgados pela Cacex sobre o comércio Brasil/EUA confirmaram um saldo positivo de mais de US 3,5 bilhões em 1983, valor FOB (transação onde o país importador paga o frete e o seguro do transporte, valor padrão adotado pela Cacex). O bom desempenho das exportações brasileiras, fundamental para o cumprimento do acordo com o FMI, levou a um endurecimento protecionista por parte dos Estados Unidos.

EUA AMEAÇAM ACORDO COM FMI



Corte americano provoca impasse

Os EUA precisam importar mais do que exportar, dada a sua responsabilidade na sobrevivência do Sistema Financeiro Internacional, especialmente no que diz respeito aos bancos americanos. Só os déficits comerciais dos EUA podem amenizar as dificuldades dos países devedores de uma situação de crise mundial gerada pelo próprio Sistema Financeiro.

Assim o Professor de Economia Internacional da UnB, Dêrcio Munhoz, comentou as recentes medidas protecionistas adotadas pelo governo americano contra 16 produtos da pauta de exportações brasileira, especialmente o aço e outros manufaturados. A decisão afeta sensivelmente a balança comercial brasileira, já que os Estados Unidos consomem, segundo a Cacex, cerca de 23% do volume total das nossas exportações.

Uma série de medidas visando manter e ampliar a presença brasileira nos mercados internacionais estão em discussão atualmente no Itamaraty, Ministério da Indústria e Comércio e setores afins. "A questão é antiga", lembra o Professor Munhoz, questionando a validade de possíveis procedimentos retaliatórios por parte do governo brasileiro, por se tratar, segundo ele, de um impasse internacional de caráter estrutural.

Os Estados Unidos também estão com sérias dificuldades de venda, porque os países devedores não podem comprar. O modelo econômico de recuperação aplicado pelo FMI não fecha, porque nele todo mundo tem que vender mais e comprar menos, o que é impossível - explica o Professor Munhoz.

Moderníssimos parques industriais foram montados por países em desenvolvimento nas últimas décadas, às custas de um endividamento astronômico. A produção destes países, entre eles o Brasil, lançou-se em busca de uma fatia do mercado que garantisse o pagamento de suas dívidas externas. Um razoável sucesso foi obtido, devido à competitividade

destes produtos, graças a fatores como a mão-de-obra tradicionalmente mal-renumerada dos países do terceiro mundo.

Os EUA, grande importador, passou a reagir contra seus crescentes déficits comerciais, que começavam a gerar desemprego internamente, abandonando o apregoado liberalismo econômico e impondo medidas restritivas aos novos produtores.

Já em 1979 a pressão americana obrigou o Brasil a mudar sua política econômica externa, anulando o suporte dado às exportações através da prática do "Dumping" (venda a preços inferiores

"Eliminar as barreiras não resolve"

aos custos de produção), possível com os subsídios fiscais, pela adoção de um imposto sobre as exportações destinadas ao mercado americano. As crescentes dificuldades enfrentadas pelo Brasil com o refinanciamento de sua dívida, a partir de 1980 levaram o país a acelerar suas vendas externas e conter importações, reduzindo assim a necessidade de novos, e cada vez mais escassos, recursos estrangeiros.

A competitividade brasileira aliada a algum crescimento econômico americano, em meio a estagnação mundial, efetivamente possibilitaram a ampliação da penetração dos produtos nacionais no mercado americano. Este fato provocou crescente protecionismo por parte dos EUA, com consequências que podem vir a ser desastrosas.

Estamos diante de um paradoxo - argumenta o Professor Dêrcio Munhoz - onde o Brasil tem que aumentar suas vendas para pagar juros, cada dia mais altos, em grande parte para bancos americanos, sofrendo restrições comerciais do próprio Estados Unidos, nosso principal parceiro.

Obter um superávit mínimo de 9 bilhões de dólares na balança comercial ao longo de 1984 é uma

das principais obrigações assumidas pelo Brasil na 5ª Carta de Intenções assinada com o Fundo Monetário Internacional, no último dia 16. A meta vinha sendo cumprida, com um superávit médio de US\$ 750 milhões registrado nos dois primeiros meses do ano, para um volume total de exportações originalmente previsto em US\$ 24,6 bilhões, e um total de importações a ser mantido dentro do limite fixado de US\$ 15,5 bilhões.

Torna-se impossível fazer previsões diante do novo quadro, segundo o Professor Munhoz, "mesmo porque os dados fornecidos pelo governo não são confiáveis. Eliminar as barreiras protecionistas não é solução, porque não há porte em nossa economia para permitir exportações maiores. Exportar muito sem importar é não ter consumo interno, além de aumentar a miséria interna por causa da política de arrocho necessária para reduzir custos e ampliar vendas. E os números provam que já somos mais protecionistas que eles".

Na opinião do Professor Munhoz, o Brasil poderia reivindicar uma maior abertura dos mercados americano, europeu e japonês, alegando que as relações entre os países deveriam levar em consideração não apenas o comércio de produtos, mas incluir também os juros e outros compromissos internacionais. A ação protecionista deveria voltar-se contra os países industrializados que não possuem dívida externa, como Alemanha e Japão, que também conseguem grandes saldos comerciais no intercâmbio com os EUA. Porém, não acredita muito no sucesso de uma ação brasileira isolada.

Estamos retornando ao colonialismo - conclui Munhoz - e se não houver reação dos devedores, no sentido de abrir o mercado internacional mas principalmente reduzir as taxas de juros, teremos um completo processo de estagnação e desagregação econômica, social e política nestes países. (Ulisses Lacava)

Carro movido a energia antiga

"O aparelho de gasogênio, transformador de carvão vegetal em gás combustível, usado para substituir a gasolina nos motores de combustão, não é nosso conhecido de hoje, nem de ontem, nem de pouco tempo atrás, pelo contrário, é bastante antigo". Esta afirmação é do senhor Nicolas Sotiros Mantzos, um grego naturalizado brasileiro, residente em Planaltina há muitos anos e que utiliza esta alternativa energética para movimentar sua antiga caminhonete Chevrolet C-14.

Para ele o conhecimento da utilidade do gasogênio é algo recente, pois somente há dois anos atrás passou a usar e fabricar aparelhos com este mecanismo constituído de um tanque gerador ou caldeira feita de chapas de ferro, onde pela queima do carvão gera-se o gasogênio. Acoplada a este tanque, uma serpentina ou condensador é responsável pela refrigeração do gás combustível que passando por um filtro vai até a câmara de explosão no motor do veículo. Interessante notar é a simul-

tânea produção e consumo do combustível produzido, havendo estoque e reserva apenas de carvão.

Com aproximadamente 500 mil cruzeiros faz-se a adaptação no veículo e não a conversão do motor como no caso do álcool, além de uma infinidade de vantagens que chamam a atenção para este combustível. Primeiro por ser viável economicamente, pois um saco de carvão com aproximadamente 20 quilos a um custo de 700 cruzeiros por unidade, dá uma autonomia ao veículo de mais ou menos 100 quilômetros, equivalente a 80, 90% menos que os gastos com o motor a gasolina. Além do mais sua utilização pode ser feita tendo como alternativa o uso paralelo da gasolina, pois não se altera o motor e este continua trabalhando através da sucção, se sugava gasolina, passa a sugar o gasogênio. Por fim, não polui tanto quanto o derivado de petróleo.

Outras vantagens se somam a estas, no caso de fazenda ou pequena propriedade, onde a

matéria-prima (carvão) é abundante e não se tem empecilhos de nenhuma ordem como nas cidades, é o local ideal e com baixos custos na produção, podendo ser utilizado em irrigação, produção de eletricidade, em motores de tratores e todo tipo de maquinário. Tudo isto trazendo lucros pela fácil produção e execução do projeto com gasogênio.

No Distrito Federal, segundo o senhor Nicolas, há pelo menos 200 veículos, todos licenciados, movidos com este combustível alternativo, mas seus proprietários passam do anonimato ao esquecimento por não receberem apoio, nem incentivo de órgãos do governo interessados em soluções energéticas. Deveriam estes órgãos, conclui o grego Nicolas, divulgar e difundir sua viabilidade com esclarecimentos técnicos nas zonas agrícolas, como possível solução dos problemas encontrados pelos produtores rurais em todas as regiões do Brasil. (Bené Eustáquio de Araújo)

O lixo já pode gerar energia

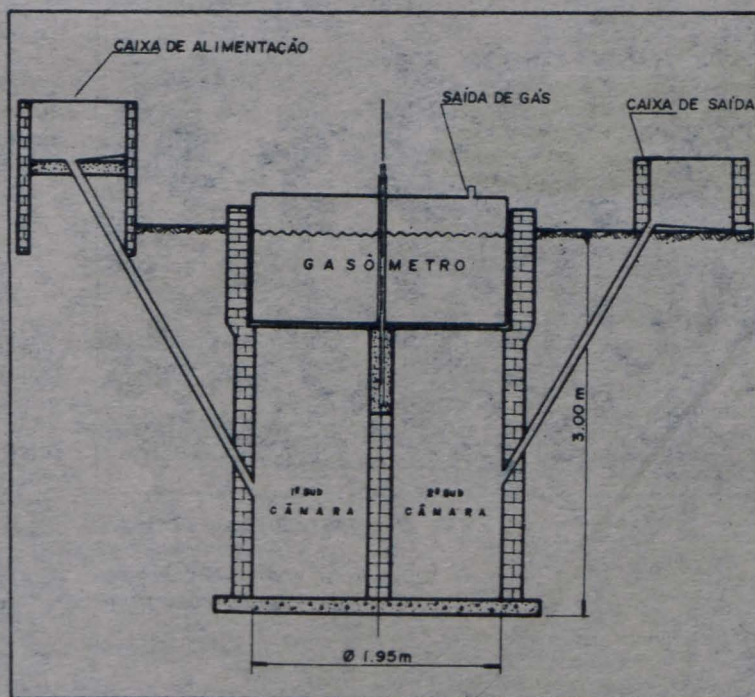
O biogás, nova alternativa energética mais econômica, vem se impondo como substituto do petróleo e da eletricidade, principalmente na área rural. Utiliza-se de material orgânico para produzir um combustível de inúmeras aplicações, domésticas e agro-industriais, como iluminação, alimentação de geladeiras, fogões, ferros de passar roupa, aquecimento de água e chocadeiras e funcionamento de motores em geral. Além disso, a massa orgânica produzida ainda é aproveitada como um excelente fertilizante.

Seu processo de produção ocorre em um biodigestor — uma câmara com duas aberturas e um tubo de saída do biogás. Na câmara se dá a fermentação anaeróbica de resíduos orgânicos animais, vegetais e industriais. As aberturasservem para a entrada do lixo e retirada do biofertilizante.

NO CAMPO

Preocupada em diminuir os investimentos com energia na zona rural e elevar os índices de produção, a Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — vem promovendo pesquisas e divulgando o uso desta nova fonte, desde 1979.

Agide Gorgatti Neto, diretor da Embrapa e autor do trabalho intitulado "Integração entre Problemas Sociais, Econômicos e Ambientais para a Produção do Biogás", afirma que a energização de propriedades rurais com esta alternativa permite a conciliação do conforto domiciliar com o aumento de produtivi-



Esquema simplificado de um biodigestor

dade. Isto se dá devido ao aproveitamento do adubo químico associado ao uso do biogás no bombeamento de água, ordenha mecânica, resfriamento de leite, trituração de rações, etc.

NA CIDADE

O biogás é de utilização mais acessível no campo devido à disponibilidade de resíduos animais e de espaço para os biodigestores. Mas a sua implantação na zona urbana também é possível. A Prefeitura de São Paulo vem desenvolvendo um estudo para o seu uso no transporte urbano através da adaptação de motores de ônibus.

O eng. Tácito Sampaio Alves elaborou um projeto de

unidade habitacional urbana utilizando o biogás como energia para algumas atividades domésticas. Ele afirma que o uso desse gás na cidade é viável, mas exige algumas adaptações, entre as quais, a construção de digestores individuais e comunitários, o hábito de alimentá-los diariamente e a necessidade de dejetos animais.

O principal obstáculo, porém, segundo o eng. Tácito, está na mentalidade do usuário, que possui toda a energia disponível e prefere pagar caro pelo que já existe a criar uma alternativa mais econômica, mas que irá lhe exigir tempo e trabalho. (Ana Sampaio)



Arnaudo de Carvalho Jr., Embrapa/Alrp

A soja melhora o solo pobre dos Cerrados

Outros grãos já produzem óleo, mas soja lidera

Mesmo com uma capacidade instalada 50% superior à safra e com uma diversidade de solos e climas que possibilitam a cultura de vários tipos de oleaginosas, a soja vai continuar predominando no mercado por sua alta rentabilidade. Atualmente, o Brasil produz outros tipos de óleo vegetal, como, por exemplo, o de milho, babaçu, girassol e colza.

Nas exportações brasileiras, a soja ocupa o primeiro lugar, seguida pelo amendoim, e, em terceiro lugar, pelo algodão. Soja, amendoim e algodão cultivam-se na mesma época do ano, e, na entressafra, planta-se girassol e colza cuja produção não é significativa ainda. Além destes grãos oleaginosos há outros tipicamente brasileiros como a palmeira de babaçu que oferece alimento, produtos químicos e carvão de qualidade para a indústria siderúrgica. O cacau é também uma matéria-prima para óleo vegetal, porém se explora de maneira primitiva e pouco econômica. O Ministério da Agricultura, através do Pro-cacau, está plantando 300 mil novos hectares para os próximos dez anos, e, para a renovação das antigas plantações de baixo rendimento. Isto permitirá atingir, em 1992, uma produção anual superior a 700 mil toneladas, o dobro da atual.

SOJA: A MAIS RENTÁVEL

O professor Raúl Lima, de Tecnologia de Sementes da UnB, disse que não existe uma cultura que, num hectare, produza igual a soja; portanto seu preço é menor. A soja não só melhora o solo pobre do cerrado como tem uma tecnologia desenvolvida e uma tolerância à seca superior a outros cultivos. Além disto existe também um mercado em expansão: a produção mundial atual da soja é de 90 milhões de toneladas por ano e se prevê, para o ano 2000, 180 milhões. Na região geo-econômica do Distrito Federal plantam-se 100 mil hectares de soja, quantidade suficiente para abastecer sua população.

A soja é uma oleaginosa que responde ao alto custo de produção agrícola. Segundo o Professor Raúl, apenas o amendoim pode concorrer com a soja pois possui mais óleo e tem mercado, mas, necessita maior tecnologia e uma mecanização diferente. O milho, por exemplo, utiliza o mesmo tipo de maquinária da soja e tem o dobro do seu rendimento por hectare. No entanto, como a quantidade de óleo no grão é muito pequena e o seu preço é menor, prefere-se utilizá-lo na fabricação de diversos produtos industrializados e como alimento. As outras culturas como o girassol, babaçu e colza precisam terras mais férteis e não têm mercado. (Isabel Sheppard Cruz)